

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL - BACHARELADO

Brenda Trindade Barbosa

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO
SOCIAL A PARTIR DA GARANTIA AO ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO**

Santa Maria - RS
2022

Brenda Trindade Barbosa

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL A PARTIR DA GARANTIA AO ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora Me. Jéssica Degrandi Soares

Santa Maria - RS
2022

Brenda Trindade Barbosa

**AVALIAÇÃO DA “A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO
ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL A PARTIR DA GARANTIA AO
ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em 11 de Fevereiro de 2022.

Jéssica Degrandi Soares, Mestranda (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Fábio Jardel Gaviraghi, Doutor (UFSM)

Rosane Janczura, Doutora (UFSM)

Santa Maria/RS
2022

DEDICATÓRIA

Dedicar este trabalho não poderia ser diferente senão a mim. Não como forma de arrogância ou presunção, mas como um ato de amor com a minha pessoa que percorreu, ao longo de quatro anos, as peripécias da trajetória acadêmica. E peripécias quero dizer os momentos altos e baixos que ocorrem numa graduação, seja dentro ou fora de uma sala de aula.

Dedico a mim pelas noites de sono perdidas, pelos momentos de sofrimento psíquicos que só uma qualificação profissional nos faz experienciar. De qualquer forma, sabemos que isso faz parte de nossa formação acadêmica, ainda que não seja o que desejamos passar - aliás ninguém quer passar. E saibam que entramos neste espaço achando que só teremos glória, afinal, passar para uma universidade, ainda mais pública, nos faz criar breves historinhas de que será às mil maravilhas. Não romantizar a graduação e entender que além de qualificação profissional ela será o seu maior trabalho de vida, pode, em muitos casos, diminuir os sofrimentos causados durante este período.

Mas não é só de pedras e buracos que se faz um caminho, pois às vezes, também encontramos flores pela rua, e algumas vezes andamos por espaços da estrada muito bem preservados. E por isso vos digo, tenham amigos. Dedico este trecho também a eles. Tenham Amigos durante a graduação, porque são eles que lhe ajudarão a não desistir do que você almeja. Seja, na medida do possível, uma boa pessoa, agradável com os outros, e quando digo agradável, não quero dizer que você seja incrível com todos. Tenha bons contatos, pois eles te auxiliarão quando você necessitar. E acima de tudo, leve para a vida aqueles que estiveram com você desde o início. Ah, e aprenda a dizer NÃO, pois isso vai te livrar de umas belas enrascadas.

Apesar de ter iniciado de forma pessimista eu termino em prol da esperança. Nem tudo são flores na graduação, pois existem os espinhos, mas se você souber apreciar o aroma da rosa e ao mesmo tempo ter cuidado com os espinhos, lhe garanto que possuirá as condições necessárias para ter uma trajetória acadêmica meramente tranquila - afinal ela não é. E, não obstante, se cuide. Preze pela sua liberdade, preze pelas saídas com os amigos para não entrar em colapso, mas seja sempre responsável com os seus afazeres, pois eles só dependem de você. Por fim, seja você do início ao fim e aprenda a ser um novo eu. Será uma experiência única.

*Com carinho, ao meu eu do futuro.
E a você que lê esta breve dedicatória.*

AGRADECIMENTO

Amada mãe!

Eu não poderia deixar de agradecer especialmente a ti. Foram noites me buscando na parada prezando pela minha segurança. Talvez seja a mulher com mais fé que conheço, e acredito que seja a sua fé que me protegeu ao longo desses quatro anos. Saiba, mãe, que você é meu amor maior, e apesar de não ser um exemplo de filha, agradeço imensamente sempre em silêncio por tudo que me fez e também por tudo aquilo que fará. Você é meu exemplo de como seguir na vida. E espero que eu possa retribuir tudo o que você me fez até aqui. Amo-te!

Cara Izane,

Agradeço por ter me acolhido durante a primeira semana de aula. Por incrível que pareça eu achei que demoraria a fazer amizade, mas você me fez morder a língua. Por mais que nosso grupo tenha se desfeito ao longo dos semestres, por motivos pessoais de cada um, nós continuamos e permanecemos juntas. Sou muito grata pelo teu afeto e por sempre compreender (mutuamente) as condições boas ou ruins que estive. Eu, sem sombra de dúvidas, confio e acredito que será uma excelente profissional. Nunca, em hipótese alguma, duvide disso. E saiba que sempre estarei aqui para o que precisar.

Para Lisiane,

Foi muito bom poder te conhecer e aprender contigo. Sei que será uma grande profissional. Soube disso pela forma que nós trabalhamos juntas durante este período, e além do que vivenciei, ainda que de longe, sua força em detrimento da tua vida. Você é especial (não de uma forma ruim) para o tema que escolheste defender. E acredite, tu ainda serás uma baita referência na área. Pense grande e voe alto. Tu tem tudo pra ir longe.

Profª Degrandi,

Acredito que não saiba o quão grata sou por ter tido você como minha Orientadora. Às vezes me vejo em você, toda serelepe e cheia de ideias. Temos picos de ansiedade que nos deixam baratinadas, mas que fazem lógica a nós. Saiba, você é ótima, é dedicada e sabe lecionar muito bem. Não acredite que não mereça estar onde está; e quando a oportunidade de atuar como uma assistente social chegar, tenho certeza que fará um trabalho impecável. Desejo-lhe todo sucesso possível. Gratidão pelo direcionamento, aprendizado e conhecimento ministrados. Aliás, por tudo que construímos juntas durante este TCC. Obrigada por tudo!

RESUMO

AVALIAÇÃO DA “A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL A PARTIR DA GARANTIA AO ACESSO DO MERCADO DE TRABALHO”

AUTORA: Brenda Trindade Barbosa
ORIENTADORA: Jéssica Degrandi Soares

Este Trabalho de Conclusão de Curso visa compreender como a política de Assistência Social trabalha para o enfrentamento da Questão Social na busca pela garantia do acesso ao Mercado de Trabalho. O objetivo geral se desdobrou em três objetivos específicos, os quais são: Analisar os indicadores sobre o mercado de trabalho na realidade brasileira; Identificar os limites e possibilidades dos equipamentos da Assistência Social na busca pela garantia do acesso ao mercado de trabalho a partir da legislação do Sistema Único de Assistência Social; Investigar as condições do acesso ao mercado de trabalho a partir do entendimento da questão social no âmbito dos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Para desvelar a temática proposta foi realizada uma revisão de literatura para embasar o caminho percorrido no processo da escrita. Analisou-se, por meio de pesquisa bibliográfica dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Programa Nacional de Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua), sobre a realidade social dos/as brasileiros/as que acessam o mercado de trabalho por meio das políticas sociais da Assistência Social. Já a pesquisa documental partiu da legislação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), sobre os limites e possibilidades dos equipamentos da Assistência Social na busca pela garantia do acesso ao mercado de trabalho. Para além das legislações presentes que consolidam a rede socioassistencial, usou-se do instrumento do Diário de Campo, ao vivenciar o estágio no CRAS Leste de Santa Maria/RS, para evidenciar a realidade discutida no contexto social a qual testemunha-se no cenário instaurado pela Pandemia. Portanto, as categorias elencadas dentro deste resumo enunciam a discussão a que se busca tratar através do Mercado de Trabalho, da Questão Social e da Assistência Social. E para o desenvolvimento do assunto, durante este trabalho de conclusão de curso, utilizou-se como método de análise da realidade o materialismo histórico dialético em Marx, utilizando as categorias do método, as quais são: totalidade, mediação, contradição e historicidade. A escolha do método se justifica pela direção da profissão de Serviço Social na busca pela garantia de direitos e pela justiça social. A partir da investigação realizada conclui-se que as categorias discutidas evidenciam a precarização do trabalho através do desemprego e das atividades laborais autônomas e empreendedoras, cuja alta demanda implica no processo de agudização da questão social e na ampliação das demandas da assistência social para contenção da crise do capital numa sucessão de perdas de direitos trabalhistas e sociais durante os anos do governo Bolsonaro e em decorrência da Pandemia do coronavírus.

Palavra-chave: Assistência Social. Mercado de Trabalho. Pandemia. Política Social. Questão Social.

ABSTRACT

EVALUATION OF “THE SOCIAL ASSISTANCE POLICY IN ADDRESSING THE SOCIAL ISSUE BASED ON THE GUARANTEE OF ACCESS TO THE JOB MARKET”

AUTHOR: Brenda Trindade Barbosa

ADVISOR: Jéssica Degrandi Soares

This Course Conclusion Work aims to understand how the Social Assistance policy works to face the Social Question in the search for guaranteeing access to the Labor Market. The general objective was divided into three specific objectives, which are: To analyze the indicators on the labor market in the Brazilian reality; Identify the limits and possibilities of Social Assistance equipment in the search for guaranteeing access to the labor market based on the legislation of the Single Social Assistance System; To investigate the conditions of access to the labor market from the understanding of the social issue within the scope of the Social Assistance Reference Center (CRAS). To unveil the proposed theme, a literature review was carried out to support the path taken in the writing process. It was analyzed, through a bibliographic research of data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the National Continuous Household Sample Program (PNAD Contínua), on the social reality of Brazilians who access the work through the social policies of Social Assistance. The documentary research started with the legislation of the Single Social Assistance System (SUAS) and the National Social Assistance Policy (PNAS), on the limits and possibilities of Social Assistance equipment in the search for guaranteeing access to the labor market. In addition to the present legislation that consolidates the social assistance network, the instrument of the Field Diary was used, when experiencing the internship at CRAS Leste de Santa Maria/RS, to highlight the reality discussed in the social context which is witnessed in the established scenario. by the Pandemic. Therefore, the categories listed within this summary enunciate the discussion that is sought to be addressed through the Labor Market, the Social Question and Social Assistance. And for the development of the subject, during this course conclusion work, the dialectical historical materialism in Marx was used as a method of analysis of reality, using the categories of the method, which are: totality, mediation, contradiction and historicity. The choice of method is justified by the direction of the Social Work profession in the search for the guarantee of rights and social justice. From the investigation carried out, it is concluded that the categories discussed show the precariousness of work through unemployment and autonomous and entrepreneurial work activities, whose high demand implies in the process of exacerbation of the social issue and in the expansion of the demands of social assistance to contain the capital crisis in a succession of loss of labor and social rights during the years of the Bolsonaro government and as a result of the coronavirus pandemic.

Keyword: Social Assistance. Job market. Pandemic. Social Policy. Social issues.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 CAMINHO METODOLÓGICO.....	11
2 BRASIL: O CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO EM RECESSÃO E O COROLÁRIO DA PANDEMIA DA COVID-19	14
3 DA CATEGORIA TRABALHO: UMA BREVE REFLEXÃO	19
3.1 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO.....	23
3.2 DO ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO.....	27
3.2.1 Desemprego e Informalidade: a precarização do trabalho através da atividade autônomo e do empreendedorismo	31
4 DA CATEGORIA QUESTÃO SOCIAL: UM PASSADO PRESENTE	37
4.1 O CONJUNTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL: LATENTE OU MANIFESTA?.....	41
5 DA CATEGORIA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA	46
5.1 DE UMA AÇÃO ASSISTENCIALISTA À EQUIPAMENTO DE GERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA AOS USUÁRIOS DA POLÍTICA SOCIAL.....	51
6 RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO: BREVES PERCEPÇÕES A PARTIR DE UMA VIVÊNCIA NO CRAS LESTE DE SANTA MARIA/RS	56
6.1 PROJETO DE INTERVENÇÃO.....	56
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	66
ANEXO A - ATLAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS	73

1. INTRODUÇÃO

A busca em estudar este assunto emerge das indagações presentes durante o período da graduação, como também, da necessidade de entender o senso comum sobre a dependência dos/as usuários/as nos serviços socioassistenciais disponibilizados pelas ramificações das políticas públicas e sociais oferecidas pelo Estado. As ramificações, que são compostas por galhos políticos, respectivamente, esbarram nas instituições municipais, como a exemplo, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que, por sua vez, trabalha em favor da aplicação da política nacional de assistência social através da Proteção de Atenção Integral à Família (PAIF).

Em resumo, o CRAS, como espaço municipal de prevenção e fortalecimento dos vínculos familiares, relacionais e comunitários, busca intermediar o conjunto das expressões da questão social que mais afloram em meio à sociedade através dos benefícios e serviços sociais disponibilizados à população que possui acesso ao Bolsa Família. Logo, a função deste serviço visa evitar a ruptura dos vínculos sociais. Diante disso, a busca pelo acesso aos benefícios e serviços sociais ocorre pela fragilidade social em que os indivíduos se encontram, ou seja, pela fome, pelo desemprego, pela falta de renda básica, pela escassez alimentícia, entre outros fatores. Isto é, a população que acessa tal serviço gira sob a desigualdade, a vulnerabilidade e a exclusão social.

Sendo assim, este trabalho de conclusão de curso busca debruçar-se sobre a política de assistência social no enfrentamento da questão social a partir da garantia ao acesso ao mercado de trabalho. Rapidamente, numa perspectiva profissional, a implicação do tema torna-se essencial para a compreensão dos/as assistentes sociais nas políticas de assistência social e na sua aplicação através das políticas sociais. E, à medida que os/as assistentes sociais se inserem nestes espaços sócio-ocupacionais, é ideal a exploração da prática profissional e a sua *práxis* a vista de apreender e compreender os instrumentos e instrumentais da profissão, bem como, a aplicação do Código de Ética profissional de 1993.

Para isso, a fim de que se possa realizar a estruturação deste trabalho de conclusão de curso fidedigno ao que se percebeu durante o estágio obrigatório realizado no CRAS de Camobi em Santa Maria/RS, será necessário a utilização do instrumento denominado Diário de Campo. A coleta de dados será feita por meio do relato de experiência em estágio de campo. Isto é, as demandas, o perfil dos sujeitos e os motivos que fazem parte de seus anseios e angústias em procurar os serviços assistenciais se demonstraram pertinentes para a escolha

do método de Marx, o Método Dialético aprofundado no Materialismo Histórico e Dialético da profissão.

Tal método, que contempla as categorias da totalidade, historicidade, contradição e mediação, colocado sob a perspectiva das dimensões ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo da profissão, tem como proposta, sob as questões norteadoras deste trabalho de conclusão de curso, as seguintes perguntas: analisar quais são os indicadores sobre o mercado de trabalho na realidade brasileira; investigar quais são os limites e possibilidades dos equipamentos da Assistência Social na busca pela garantia do acesso ao mercado de trabalho a partir da legislação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); e investigar como se desenvolvem as condições do acesso ao mercado de trabalho a partir do entendimento da questão social no âmbito do CRAS.

Isso só será possível através da pesquisa bibliográfica por meio dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD/Contínua); também será realizada uma pesquisa documental a partir da legislação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e os documentos oriundos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); e por último, como bem dito num dos parágrafos acima, o emprego da pesquisa documental a partir do diário de campo.

Portanto, a construção deste trabalho de conclusão de curso está dividido em capítulos. Tais capítulos comportam os seguintes segmentos sobre as categorias: Pandemia, Mercado de Trabalho, Questão Social, Assistência Social e Políticas Sociais. Respectivamente, a primeira abordagem trata de verificar os rumos da economia até o quadro social no qual se encontra o contexto brasileiro. Sobre o mercado de trabalho, serão abordadas as relações do acesso ao mercado de trabalho pelos sujeitos que usufruem da política de assistência social. A questão social trará a trajetória percorrida pela categoria e suas implicações para o futuro, além do mais, a mesma irá delinear o perfil dos usuários da rede socioassistencial ao buscar perceber suas demandas dentro das políticas sociais. Já a assistência social apontará os limites e possibilidades dos equipamentos da proteção social através das políticas sociais. E por fim, a metodologia aplicada para a construção da linha de raciocínio da investigação e da própria pesquisadora em abordar a realidade dos sujeitos, será o materialismo histórico dialético em Marx, pautado na direção dos princípios fundamentais da justiça e equidade social do Código de Ética da profissão (CFESS, 1993).

1.1 CAMINHO METODOLÓGICO

Para Minayo (2004, p. 105), “a pesquisa social trabalha com gente, com atores sociais em relação, com grupos específicos”. Por este motivo não se pode deixar de pesquisar estes elementos a partir do Método Materialista Histórico e Dialético Crítico em Marx sobre as categorias de análise que recaem sobre a totalidade, a historicidade, a contradição e, não menos importante, a mediação. O autor José Paulo Netto (2011), em seu livro “Introdução aos estudos do método de Marx”, articula as dimensões num processo simplificado para as ciências sociais e humanas, salientando a relevância destas categorias para a pesquisa social.

Ao tratar destas dimensões, a teoria é, para Marx, a

reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. O objeto da pesquisa tem, insista-se, uma existência objetiva, que independe da consciência do pesquisador. Mas o objeto de Marx é a sociedade (NETTO, 2011, p. 21-22).

Logo, as categorias nada mais são do que o encontro do abstrato com o concreto, e vice-versa. A partir disso, as categorias de análise de Marx acabam por se articularem entre si, e é deste meio que surge o método materialista histórico e dialético crítico marxista. Por fim, chega-se ao objeto ideal, que emerge das indagações da pesquisadora através do contato com a realidade e da teoria social de Marx. Sendo assim, parte-se da escolha deste método para o debruçamento sobre as expressões da Questão Social em relação à inserção dos sujeitos ao Mercado de Trabalho no cenário brasileiro.

Para que este trabalho de conclusão de curso seja fidedigno ao objeto em evidência, as categorias de análise de Marx corroboram para ampliar o campo de visão dos/as pesquisadores/as em relação à sociedade e aos próprios usuários. Uma vez que o método marxista é incorporado no instrumento e na instrumentalidade da pesquisadora, tem-se um olhar crítico sobre a realidade, apoiado numa escuta sensível e atenta aos detalhes partilhados pelos sujeitos ao longo do estágio ao mesmo tempo que se encontra inserido no próprio Diário de Campo, o qual expressa as reflexões da realidade social, apresentando o movimento da *práxis* profissional.

De modo a se elencar as seguintes questões norteadoras: quais são os dados de realidade sobre o mercado de trabalho no Brasil? Para cercar este problema realiza-se uma pesquisa bibliográfica através dos dados do IBGE a partir da Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios (PNAD/Contínua). Outra questão norteadora que se destaca é: quais são os limites e possibilidades dos equipamentos da Assistência Social na busca pela garantia do acesso ao mercado de trabalho a partir da legislação do Sistema Único de Assistência Social? Para isso, efetua-se uma pesquisa documental a partir da legislação da Política Nacional de Assistência Social e os documentos oriundos do Sistema Único de Assistência Social. E por fim, a última questão norteadora se direciona em questionar: como se desenvolvem as condições do acesso ao mercado de trabalho a partir do entendimento da questão social no âmbito dos CRAS? Para isso, consubstancia-se uma pesquisa documental a partir dos diários de campo.

Os apontamentos rodeiam a problemática de como a política de assistência social atua no enfrentamento da questão social a partir da garantia ao acesso do mercado de trabalho. Em consequência disso, como os CRAS impactam a vida dos/as usuários/as na inserção destes homens e mulheres na vida laboral. Não somente isso, mas também analisar como os/as Assistentes Sociais constituíssem como parte fundamental no processo de planejamento de ações e estratégias em relação a estes indivíduos na reinserção dos mesmos ao mercado de trabalho.

Então, a coleta de dados partirá do relato de experiência em estágio a fim de que, se possa aprofundar, perante as falas dos/as próprios/as usuários/as, a sua experiência. E a qual ocorre em um Centro de Referência de Assistência Social, na cidade de Santa Maria - RS, no bairro Camobi. Desta forma, será utilizado como instrumento de comunicação para este trabalho de conclusão de curso o Diário de Campo, em que a realidade se fará presente conforme as apresentações dos sujeitos no acolhimento, atendimento e acompanhamento nas entrevistas, sob as análises de documentações e nas próprias visitas domiciliares.

Logo, será possível levantar o perfil costumeiro dos/as usuários/as que adentram ao CRAS, os tipos de demandas mais importantes e as dificuldades no desvencilhamento dos benefícios prestados pelo Estado, bem como, compreender e apreender a inconsistência destes indivíduos no mercado de trabalho. Afinal, tais prerrogativas só se tornarão possíveis conforme as categorias levantadas, ou seja, sob a influência do método de Marx.

Para finalizar o caminho metodológico escolhido, se busca, no processo, a garantia das condições que assegurem os aspectos éticos na condução da escolha do referencial teórico

juntamente com as defesas pensadas pelo Serviço Social a partir do Projeto Ético-político da profissão, na direção da defesa dos direitos da classe trabalhadora.

2. BRASIL: O CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO EM RECESSÃO E O COROLÁRIO DA PANDEMIA DA COVID-19

Este capítulo emerge da necessidade em elucidar o cenário brasileiro sob as consequências econômicas e sociais no decorrer de 6 anos sobre as questões referentes à retração do mercado de trabalho no desenvolvimento do país. Para a produção desse assunto foram utilizadas pesquisas documentais em jornais e revistas eletrônicas para aclarar a estrutura e a conjuntura socioeconômica que a sociedade brasileira vem vivenciando. Neste sentido, o agravamento do conjunto das expressões da questão social não se origina durante a pandemia da COVID-19, mas sim pela contínua supressão do Estado de Bem-Estar social ao longo dos anos a partir da administração de Michel Temer (PMDB). Diante desse contexto, assim se expressa o início deste texto.

A construção de uma sociedade mais justa e democrática a partir do ano de 2015 não estabeleceu condições de crescimento do país, vindo a tornar o PIB 3,62% pior em 25 anos¹. A crise econômica iniciada neste ano direcionou o país ao declínio de empregos no ramo da produção industrial que, segundo “os números do IBGE *mostraram* que a crise na indústria *foi* generalizada” (G1, 2015). A notícia também demonstra um recuo econômico nas áreas de venda do comércio, nos setores de serviços e nas exportações da agropecuária.

O Golpe político e administrativo do ano de 2016 contra a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) sinalizou a acentuação do neoliberalismo e o caminhar para a privatização das estatais do país. A posse de seu vice, Michel Temer (PMDB), levou o PIB a continuar na mesma proporção do ano anterior, reputando a mesma situação dos anos de 1930 e 1931 em que o percentual de queda da produção econômica apontou o equivalente a 2,1% e 3,3%, respectivamente (G1, 2016). Sendo assim, as questões referentes ao investimento do PIB e o Consumo Familiar também encontraram resistência para o crescimento².

Em 2017, o PIB cresceu 1,0% após dois anos de retração³. As metas fiscais implementadas neste ano possibilitaram este crescimento pelo remanejamento do orçamento

¹ ALVARENGA, Darlan. G1, GLOBO. Economia em 2015: o ano em que o Brasil andou para trás. São Paulo, 19 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/12/economia-em-2015-o-ano-em-que-o-brasil-andou-para-tras.html>. Acesso em: 27 de dezembro de 2022..

² CURY, Anay. SILVEIRA, Daniel. GLOBO, Economia. PIB recua 3,6% em 2016, e Brasil tem pior recessão da história. São Paulo, 07 de março de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/pib-brasileiro-recua-36-em-2016-e-tem-pior-recessao-da-historia.ghtml>. Acesso em: 27 de janeiro de 2022.

³ SILVEIRA, Daniel. GAZZONI, Mariana. GLOBO, Economia. PIB brasileiro cresce 1,0% em 2017, após 2 anos de retração. São Paulo, 01/03/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/pib-brasileiro-cresce-10-em-2017-apos-2-anos-de-retracao.ghtml>. Acesso em: 27 de janeiro de 2022.

público, nos refis e repatriação do caixa da União, na forma de arrecadação com leilões e cortes em serviços públicos⁴. Em contrapartida, o Estado não atingiu suas metas de pagamentos aos seus fornecedores, credores e servidores locais (AGÊNCIA BRASIL, 2017). Já o setor de empregos reagiu levemente; a inflação não tornou-se gradual, perdendo força pela contenção dos preços; A selic atingiu o índice mais baixo em anos, com queda acumulada de 6,75 pontos percentuais; os créditos caíram em 1,4% pelo recuo aos empréstimos concedidos às empresas e famílias pelas taxas altas proporcionadas pela Selic; e por último, a liberação do FGTS e do Pis/Pasep auxiliou para a queda da inflação e a redução dos juros após sua distribuição aos trabalhadores em haver ou desempregados, como informa a Agência Brasil.

No início de 2018 vimos os movimentos dos caminhoneiros ganharem força após reivindicar melhorias das condições de trabalho e da baixa do preço do diesel durante a paralisação de 10 dias ocorrida em março (AGÊNCIA BRASIL, 2018). No entanto, a economia brasileira caminhou lentamente para sua recuperação. O mercado exterior apresentou alterações para o PIB do Brasil devido às potências mundiais encontrarem-se em disputa pelo comércio internacional. Desde então, o Dólar enfrenta expressivas alterações cambiais, acentuando a desvalorização do Real⁵. É também, neste mesmo ano, que a prisão do ex-presidente Lula preconiza ainda mais as mudanças políticas no cenário brasileiro, ampliando o conservadorismo, a busca pela fé, a moral e os bons costumes além do forte sentido nacionalista despertado pelo então aspirante a presidência, Jair Bolsonaro⁶.

A ascensão de Bolsonaro trouxe ao país, desde sua eleição, a indisciplina e a desordem na sociedade sobre um projeto ultraliberal. Logo, a degradação e enfraquecimento das instituições passaram a ser seu alvo em posse de seu mandato, bem como, a de desestruturar o serviço público e tornar precários os aparelhos do Estado. Diante desse desequilíbrio, no tocante às esferas referentes ao desenvolvimento dos indivíduos e

⁴ OLIVEIRA, Kelly. MÁXIMO, Welton. AGÊNCIA BRASIL. Fim da recessão e queda de juros e da inflação assinalam economia em 2017. Brasília, 29/12/2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2017-12/retrospectiva-2017-economia>. Acesso em: 27 de janeiro de 2022.

⁵ OLIVEIRA, Kelly. MÁXIMO, Welton. AGÊNCIA BRASIL. Retrospectiva 2018: veja fatos que marcaram a economia. Brasília, 27/12/2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2018-12/retrospectiva-2018-veja-fatos-que-marcaram-economia>. Acesso em: 27 de janeiro de 2022.

⁶ EL PAÍS, Brasil. Retrato de um extremista: o homem que conquistou o Brasil. São Paulo, 01/01/19. Reportagem publicada originalmente em 28 de outubro de 2018, na ocasião da eleição de Jair Bolsonaro. Informação elaborada por Afonso Benites, Felipe Betim, Fernanda Becker, Regiane Oliveira, Talita Bedinelli e Tom C. Avendaño. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/19/politica/1539969259_171085.html. Acesso em: 27 de janeiro de 2022.

estabelecidos na Constituição Federal de 1988, suprimiu para seus atos e efeitos os direitos sociais reivindicados pelos movimentos sociais e pela sociedade civil, o Estado de bem-estar social. O obscurantismo e a rejeição à ciência traduziram o caráter presidencial do atual governante da República Federativa do Brasil nos primeiros anos de sua atuação no cargo. Esses aspectos de apeadeutismo tornaram-se evidentes no ano de 2020.

A propagação do vírus SARS-CoV-2, da família coronavírus, disseminou por todos os continentes a doença da Covid-19⁷. As transformações na realidade social, sanitária e humana da população mundial exacerbou-se devido aos altos índices de mortalidade na sociedade, sendo contabilizado o equivalente de 1,8 milhões de mortos conforme os dados disponibilizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e, observando os casos de subnotificação, os números aumentaram para até 3 milhões de mortes no ano de 2020⁸.

Sendo assim, presenciou-se, durante esses dois anos de pandemia, na contramão das ações de efetivação para o combate à COVID-19, que o governo Federal não assegurou e nem mesmo executou práticas acertadas para conter o avanço da doença e, em mesmo sentido, desacreditou no trabalho da ciência quando do surgimento da vacina para imunização do coronavírus. Além do mais, estando a frente do país como chefe de Estado, Bolsonaro enfatizou discursos como “é só uma gripezinha”⁹; o incentivo a aglomeração e a continuidade dos trabalhos em meio a pandemia; o estímulo e encorajamento ao uso de medicamentos sem eficácia comprovada pela ciência, entre outras ações transgressoras à soberania da população, firmados na elaboração da CF/88.

Em decorrência dessas ações, para conter a transmissão da doença do coronavírus, os Estados e os Municípios estipularam ações em comprometimento ao caráter coletivo e sanitário no enfrentamento à COVID-19. Pelo Diário Oficial da União (DOU)¹⁰, a Portaria n° 1.666, de 1° de julho de 2020, destinou recursos públicos para auxiliar estados e municípios, e

⁷ Instituto Butantan, Brasil. Qual a diferença entre SARS-CoV-2 e Covid-19? Prevalência e incidência são a mesma coisa? E mortalidade e letalidade? Governo de São Paulo. Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/qual-a-diferenca-entre-sars-cov-2-e-covid-19-prevalencia-e-incidencia-sao-a-mesma-coisa-e-mortalidade-e-letalidade>. Acesso em: 27 de janeiro de 2022.

⁸ Nações Unidas, Brasil. NOTÍCIAS. OMS: mundo pode ter tido 1,2 milhão a mais de mortes por COVID-19 em 2020. Brasília, 21/05/2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/127361-oms-mundo-pode-ter-tido-12-milhao-mais-de-mortes-por-covid-19-em-2020>. Acesso em: 27 de janeiro de 2022.

⁹ ROMANY, Ítalo. “Gripezinha”, cloroquina, fim de pandemia: 10 informações falsas ditas por Bolsonaro sobre o Covi-19 em 2020. Rio de Janeiro, 03/12/2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/12/30/informacoes-falsas-bolsonaro-covid-19/>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2022.

¹⁰ DOU, Diário Oficial da União. Portaria n° 1.666, de 1° de julho de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.666-de-1-de-julho-de-2020-264505695>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2022.

também o Distrito Federal, para os gastos na saúde básica e especializada para a contenção da propagação do coronavírus. Os esforços em conter o avanço da COVID-19 trouxeram resultados positivos à população brasileira, em específico, no que se refere ao empenho para a conquista da compra dos imunizantes.

Apesar dos grandes esforços entre estados e municípios no enfrentamento à Covid-19, no Brasil, a implicação dessa doença alterou o modo e as condições de vida de toda a sociedade. As perspectivas em relação ao mercado de trabalho, à moradia, à saúde, à assistência social - entre outros direitos sociais garantidos pela CF/88 -, modificou-se drasticamente. Segundo dados disponibilizados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)¹¹, a notícia em relação aos índices de desigualdade social mostram que:

[...] a pandemia desencadeia um cenário econômico, social e político complexo: baixo crescimento, aumento da pobreza e crescentes tensões sociais. Além disso, expõe as desigualdades estruturais que caracterizam as sociedades latino-americanas e os altos níveis de informalidade e desproteção social, bem como a injusta divisão sexual do trabalho e a organização social do cuidado, que comprometem o pleno exercício dos direitos e a autonomia das mulheres. (Panorama Social da América Latina, 2020)

Logo, o contexto social reflete não somente as consequências da Pandemia, mas também a trajetória político-social-econômica que o país vem enfrentando desde 2015, ainda no governo de Dilma Rousseff (PT). A gestão e governabilidade dos representantes oficiais das esferas políticas evidenciam também o desgaste das estruturas de poder. Além do mais, a falta de comprometimento com a classe trabalhadora nos primeiros meses do ano de 2020, que já vinha enfrentando recessões ao acesso ao mercado de trabalho, salientam a Questão Social e suas novas expressões diante do capital. Ainda sobre um projeto neoliberal em favor das privatizações e a resistência em edificar um Estado de Bem-Estar Social amplo à sociedade, constata-se que os cidadãos ainda não vivem a plenitude de seus direitos sociais galgados pela efervescência dos movimentos sociais e da sociedade civil pós-ditadura militar.

Portanto, os impactos ocorridos durante o desenrolar da Pandemia da Covid-19 no Brasil colaboraram para agudizar o conjunto das expressões da Questão Social ao evidenciar os índices de evasão escolar, das altas taxas de desemprego e do retorno ao cenário da fome,

¹¹ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, CEPAL. COMUNICADO DE IMPRENSA. Pandemia provoca aumento nos níveis de pobreza sem precedentes nas últimas décadas e tem um forte impacto na desigualdade e no emprego. Brasília, 04/03/2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-pobreza-sem-precedentes-ultimas-decadas-tem-forte>. Acesso em: 28 de janeiro de 2022.

colocando a Assistência Social no enfoque da distribuição dos recursos sociais aos indivíduos e grupos familiares através das políticas públicas e sociais. Por isso, as categorias e temas aqui apresentados ao longo deste trabalho de conclusão de curso conversam entre si e buscam responder às indagações com base no projeto de intervenção proposto no âmbito do CRAS Leste de Santa Maria/RS.

3. DA CATEGORIA TRABALHO: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS

A categoria trabalho é ontológica¹² ao ser humano e se desenvolveu ao longo da história, ao passo que os grupos sociais a utilizavam para gerar seus meios de subsistência para a sua sobrevivência. O trabalho, por sinal, perdura até hoje na sua forma de vínculo com as atividades humanas com a natureza¹³, porém, diferencia-se de forma desigual e desequilibrada no sistema capitalista. Sendo assim, para Marx, em *O'Capital*, o trabalho se constituiu como um “fundamento antropológico das relações econômicas e sociais em geral” (MARX, 1996, p. 22) e, por isso, é imprescindível para o modo de produção capitalista.

Desde suas longínquas discussões sobre o sentido da sua existência e sobre os novos rumos das interlocuções contemporâneas sobre o mundo do trabalho, este vem a sofrer metamorfoses sem perder sua real condição, a de evidenciar, atualmente, o trabalho humano nos moldes do sistema capitalista. As relações de força continuam ainda mais manifestas, mesmo que a exploração da força de trabalho tenha se diversificado para contemplar os interesses do mercado nacional e internacional a mando de uma hegemonia burguesa sob controle do Estado.

A propósito, este Estado com o qual a sociedade convive surge após a queda da monarquia, despontando num novo sistema de gerenciamento da produção de mercadorias, ou seja, o capitalismo. Como destaca Lênin (1917, p. 8), este surge para “atenuar o conflito, mantendo-o dentro dos limites da ordem; e este poder, nascido da sociedade, mas que se situa acima dela e se lhe torna cada vez mais estranho, é o Estado”. E para tal, as circunstâncias em que este Estado é desenvolvido pela burguesia perante a sociedade é, senão, enquanto apaziguador das lutas de classes, tido como um produto da conciliação de classes. Entretanto, pontua Lênin (1917, p. 9), “o Estado é um órgão de *dominação* de classe, um órgão de *opressão* de uma classe por outra, é a criação de uma ordem que legaliza e consolida esta opressão, moderando os conflitos das classes”. Dessa forma, esse aparelho hegemônico da burguesia é a esfera de controle e repressão da população e, como resultado, da classe trabalhadora.

¹² “O trabalho estará presente em qualquer sociedade, porém, o que vai alterar não é a base ontológica do trabalho, mas a forma que se configura em cada sociedade ao longo da história. No modo de produção capitalista, este trabalho assume a forma de trabalho abstrato, cuja finalidade é a reprodução do capital antes de garantir a reprodução dos próprios homens.” (SABINO, s/d, p. 140).

¹³ “O trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.” (MARX, 1996, p. 297).

As transformações societárias e econômicas ocorridas por toda Europa trouxeram à América do Sul, em especial, ao Brasil, uma nova experiência de mercado e de sociedade. Segundo Coutinho (1992), as relações sociais resultantes das mudanças dos modos de produção, emergem de:

[...] um processo de modernização capitalista sem por isso ser obrigado a realizar uma “revolução democrática burguesa” ou de “libertação nacional” segundo o modelo jacobino: o latifúndio pré-capitalista e a dependência em face do imperialismo não se revelaram obstáculos insuperáveis ao completo desenvolvimento capitalista do País. Por um lado, gradualmente e “pelo” alto”, a grande propriedade latifundiária transformou-se em empresa capitalista agrária; e, por outro, com a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno, com uma alta taxa de urbanização e uma complexa estrutura social. (1992, p. 121)

Aqui cabe ressaltar que, no período entre a República Velha e a era Vargas denotam a menção que faz Coutinho sobre a temática do Estado e suas configurações a partir do desenvolvimento da sociedade brasileira.

Ambos os processos foram incrementados pela ação do Estado: ao invés de ser o resultado de movimentos populares, ou seja, de um processo dirigido por uma burguesia revolucionária que arrastasse consigo as massas camponesas e os trabalhadores urbanos, a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, com a exclusão das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado. Nesse sentido, todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição para o capitalismo [...], encontraram uma solução “pelo alto”, ou seja, elitista e antipopular. (COUTINHO, 1992, p. 121)

Desse ponto em diante, a trajetória da sociedade política e da sociedade civil¹⁴, a partir de 1930, resulta de oscilações dos direitos políticos e sociais no campo trabalhista pelas reivindicações da classe trabalhadora e pelo embate das lutas entre as classes sociais. O governo de Vargas, fortificado pela ideologia populista, ascendeu ao poder ao se conectar com os populares pelos meios midiáticos da época e por “conceder” o reconhecimento à cidadania político-social que os trabalhadores almejavam sob suas condições de trabalho (IAMAMOTO,

¹⁴ Coutinho (1992, p. 128) “*sociedade política* (os aparelhos militares e burocráticos de *dominação* e de *coerção*), enquanto permanece subalterna a *sociedade civil* (o conjunto dos aparelhos “privados” através dos quais uma classe ou um bloco de classes luta pela *hegemonia* e pela *direção político-moral*).

1982). Neste sentido, o conceito de cidadania desenvolvido na Era Vargas trouxe um apaziguamento dos conflitos entre Estado e classe trabalhadora sob a concessão dos direitos sociais. Projetado para o controle dos movimentos sindicais, o reconhecimento político e cidadão da classe operária tornou-se uma mera moeda de troca para contenção da efervescência das ações contra o Estado.

O Estado assume paulatinamente uma organização corporativista, canalizando para sua órbita os interesses divergentes que emergem das contradições entre as diferentes frações dominantes e as reivindicações dos setores populares, para, em nome da harmonia social e desenvolvimento, da colaboração entre as classes, repolitizar-las e discipliná-las, no sentido de se transformar num poderoso instrumento de expansão e acumulação capitalista. (IAMAMOTO, 1982, p. 161)

A industrialização, por sinal, modernizou o país e ganhou forças ao buscar perpetuar a consolidação de uma política econômica voltada ao mercado mundial. Entretanto, após 1964, as condições entre a sociedade civil e a sociedade política trilhou o caminho para apenas um conjunto de poder. A hegemonia que aqui se instaurou permitiu o pleno andamento de uma ditadura militar apoiada pelo empresariado. A união desse processo foi classificado por Netto (1992 apud IAMAMOTO, 2007, p. 169) como "o comitê executivo da burguesia monopolista". Neste intervalo de 20 anos, muitas foram as lutas para reaver os direitos civis e políticos pela população. A década de 1980 trouxe o limiar da liberdade, ainda que levemente cerceada pela repressão estatal. O regime militar, então, perdia suas forças e dava espaço para o início a um novo modelo governamental.

Já nos anos 80, houve alguma alteração na dinâmica do mercado de trabalho. Apareceu pela primeira vez com intensidade o desemprego urbano e teve início a deterioração das condições de trabalho, com ampliação da informalidade. No entanto, como nesse período foram preservadas as estruturas industrial e produtiva, o desemprego e a precarização ainda foram relativamente baixos e, sobretudo, vinculados às intensas oscilações do ciclo econômico na década e ao processo inflacionário. (MATTOSO, 1999, p. 9)

As consequências da abertura política, em decorrência de um regime militar que aprofundou não somente as condições de trabalho, mas também a Questão Social, levou, às décadas seguintes, fortes mudanças políticas-econômicas¹⁵ e sociais para toda a sociedade. A

¹⁵ “O Brasil se estruturava, então, com base em um desenho produtivo bifronte: de um lado, voltado para a produção de bens de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos etc., visando um mercado interno restrito e seletivo. De outro, dada sua condição de dependência em relação ao capitalismo avançado, desenvolvia a produção direcionada à exportação, tanto de produtos primários quanto de produtos industrializados.

consolidação da Constituição Federal de 1988 permitiu repensar os aspectos da cidadania e também da questão trabalhista, destinados à classe trabalhadora por meio da Seguridade Social. Mas a longo prazo, essas conquistas permaneceram apenas no papel, não estabelecendo o que se propunha após sua promulgação.

Na década de 1990 a situação alterou-se profundamente. Nesses últimos anos, o desempenho produtivo não foi apenas medíocre e resultante de efeitos de oscilações do ciclo econômico sobre o mercado de trabalho. A geração de emprego sofreu as consequências profundamente desestruturantes de um processo de retração das atividades produtivas acompanhado do desmonte das estruturas preexistentes, sem que se tenha colocado no lugar outras capazes de substituí-las. (MATTOSO, 1999, p. 13)

Verdade seja dita, o processo de industrialização no país acelerou também a tecnologização¹⁶ nas várias profissões desenvolvidas pela atividade humana. O que iniciou-se como um provento da otimização do trabalho, posta em outra perspectiva, veio a auxiliar e intensificar a exploração da força de trabalho e conferiu a precariedade das atividades laborais.

[...] o enorme leque de trabalhadores precários, parciais, temporários etc., o chamado subproletariado moderno, juntamente com o imenso contingente de desempregados, pelo seu maior distanciamento do processo de criação de valores, poderiam ter, no plano da materialidade, um papel de menor relevo nas lutas anticapitalistas. Porém, sua condição de despossuídos os faz confrontar-se cotidianamente com a ordem destrutiva, uma vez que esses segmentos sociais não têm mais nada a perder no universo da (des)sociabilidade do capital. (ANTUNES, 2018, p. 103)

Desde então, o século passado foi palco das lutas sindicais e de movimentos sociais para consolidar os direitos político-cidadãos e trabalhistas. O presente ainda demonstra possuir resquícios sobre a história dos direitos sociais adquiridos pela população. Entretanto, a usurpação da identidade dos trabalhadores pelo modo de produção capitalista vem causando seu estranhamento ao se reconhecer como classe trabalhadora (ANTUNES, 2018). Isso

Internamente, a dinâmica do padrão de acumulação capitalista se baseava na vigência de um processo de superexploração da força de trabalho, caracterizado por baixos salários, ritmos de produção intensificados, jornadas prolongadas, combinando uma extração tanto do mais-valor absoluto quanto do mais-valor relativo.” (ANTUNES, 2018, p. 134).

¹⁶ “A indústria, os serviços bancários, a maior parte das atividades econômicas de ponta vêm alterando suas formas de organizar a produção (no sentido *lato*) o que alguns qualificam de *acumulação flexível* [...]. Busca-se uma *flexibilização do mercado de trabalho*; uma *flexibilização dos produtos*; e uma *flexibilização dos padrões de consumo*. Esse processo, impulsionado pela tecnologia de base microeletrônica, pela informática e pela robótica, passa a requerer novas formas de estruturação dos serviços financeiros, inovações comerciais, o que vem gerando e aprofundando uma enorme desigualdade do desenvolvimento entre as regiões, setores etc., além de modificar substancialmente as noções de espaço e tempo.” (IAMAMOTO, 1998, p. 31).

porque, as condições laborais requerem assiduamente que os indivíduos possuam seus níveis de escolaridade completos, e quando não possuidores do conhecimento pedagógico em tempo de formação, o que sobra a essa nova classe de trabalhadores para seu sustento recai sobre as atividades autônomas e de empreendedorismo. Por isso, os itens a seguir tratam de elucidar a temática da categoria trabalho e suas expressões sobre a questão social.

3.1 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO

Por muitos anos, a educação brasileira trilhou o caminho da segregação entre as classes sociais. Os níveis de desigualdade social sobre a educação historicamente demonstram essa segregação, principalmente nos séculos anteriores ao Século XX, onde apenas filhos da burguesia brasileira acessaram, por vias internacionais, a educação. Entendendo que a política de educação se modifica ao decorrer da história do Brasil, se evidencia mudanças graduais na prática pedagógica a partir da década de 1990. Isto porque, as transformações sociais, ocasionadas pelo fim do autoritarismo militar, colocaram em evidência os interesses coletivos da população em construir novos horizontes para a sociedade. A formulação da Constituição Federal de 1988 nada mais é do que a declaração de cidadania, não só dos direitos civis e políticos, mas econômicos, sociais, culturais e educacionais, entre direitos, para o desenvolvimento humano.

Em especial, o caráter educacional torna-se importante para as questões trabalhistas, já que é compreensível que a escolaridade seja o fator que coloca os sujeitos cara a cara com as oportunidades que surgem para o primeiro emprego. Sendo assim, outra possibilidade que emerge após a conclusão do ensino básico procede dos cursos técnicos que se originam pelas políticas sociais ou de interesse por parte das empresas privadas em obter novos trabalhadores para seus negócios e empreendimentos. Eis aqui, dois fatores que condicionam a entrada dos indivíduos ao mercado de trabalho, mas diante dessas premissas é fundamental compreender os fatores sociais, econômicos, culturais, psíquicos e humanos implicados para a garantia ou a perda de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho.

Para uma grande parcela da sociedade, o sonho de concluir o ensino médio torna-se distante e molda-se sob um viés de criar responsabilidades ainda na infância. Isto é, tal incumbência é obtida ainda muito cedo por parte de crianças e adolescentes a fim de iniciarem as atividades laborais para complementar a renda familiar. Desta forma, a sociedade perde em questões educacionais e supera no aumento de crianças e adolescentes, jovens adultos, adultos e idosos com pouca ou nenhuma formação específica para os níveis de

formação infantil ao ensino médio completo (FERREIRA, 2019). Muitas vezes, num breve lampejo de seguir buscando novas oportunidades de melhores condições de vida, a saída encontrada à baixa escolaridade e a conclusão do ensino médio ocorre através dos seguintes “E’s”: o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e o Exame Nacional para Certificação e Competência de Jovens e Adultos (ENCCEJA).

Estes exames foram elaborados sob as prerrogativas contidas na Constituição Federal de 1988, a fim de coibir a evasão escolar e qualificar o ensino básico através da avaliação realizada por cada estudante em séries finais. Tais exames também avaliam o planejamento, execução e coordenação definidos pelos respectivos governos em cada gestão através do Programa Nacional de Educação (PNE). Deste modo, pode-se dizer que a Educação é um:

direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

A partir disso, reconhece-se essas avaliações anuais como parte do planejamento das políticas públicas de inclusão à formação profissional. Por serem de caráter nacional, elas potencializam o entendimento do objetivo da educação completa. Dessa maneira, a mesma pode vir a devolver o senso e a busca pela cidadania quando colocada numa perspectiva de desenvolvimento dos aspectos políticos, sociais e ideológicos pertinentes aos indivíduos postos em meio a sociedade; pois suas vivências fortalecem o entendimento sobre as suas vidas em âmbito objetivo e subjetivo, no sentido de fomentar o acesso às políticas de desenvolvimento social, elaboradas pelas gestões governamentais no enfrentamento aos índices de desigualdade social.

Diante do exposto, traz-se a ideia da importância dos exames nacionais para a formação básica dos indivíduos. A efervescência dos movimentos sociais ao final da década de 1990 ocasionou para a educação o novo modelo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) e a instituição do Exame Nacional de Ensino Médio, em 1998, pelo Ministério da Educação e regulamentada pela Portaria nº 438/98. Seu objetivo inicial, como bem especifica em seu enunciado, era o de empreender a prática de avaliação do ensino médio ao fim da escolaridade dos estudantes matriculados nas redes públicas do país. Ao longo dos seus mais de vinte anos, atualmente, o ENEM se consolida como “uma política de

Estado, e não como uma política de governo”¹⁷, corroborando para a ampliação da melhora do ensino básico e o acesso ao ensino superior.

Em contrapartida, o ENCCEJA, criado em 2002, nasce com o objetivo de avaliar jovens e adultos que não concluíram os estudos na idade adequada, como informa o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Este modelo de educação é distribuído em quatro partes de aplicação da prova. Uma parte é realizada para a população domiciliada no Brasil e pessoas privadas de liberdade e/ou que cumprem medidas socioeducativas. A outra parte das avaliações são ofertas aos sujeitos radicados no exterior e, da mesma forma, também aplicados aos indivíduos privados de liberdade ou em cumprimento de medidas socioeducativas. Os materiais didáticos são disponibilizados no site do INEP e a inscrição para a avaliação é gratuita. Em relação às idades, para a obtenção do certificado de conclusão do ensino fundamental e ensino médio, respectivamente, os candidatos devem estar com 15 e 18 anos completos. A emissão dos certificados fica a cargo das Secretarias Estaduais de Educação e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, s/d).

O EJA, ou vulgarmente chamado de Exame Supletivo, foi formulado em 2007, com as mesmas finalidades que os programas anteriores, o de capacitar jovens e adultos na conclusão dos estudos, facilitando o acesso ao mercado de trabalho. A modalidade de ensino e aprendizagem apresenta condições de capacitação tanto presencial quanto EaD. Além disso, o EJA é voltado para as práticas pedagógicas do ensino fundamental (a partir de 15 anos) e ensino médio (maiores de 18 anos). O EJA, por fim, auxiliou na implementação do Programa Brasil Alfabetizado, que incluía o Projeto Escola de Fábrica; o PROJOVEM e o PROEJA (VIEIRA, 2004 apud MIRANDA; SOUZA; PEREIRA, 2016, p. 2)

Embora as perspectivas para o acesso ao mercado de trabalho sejam apresentadas após a finalização dos níveis escolares, é válido lembrar que a Emenda Constitucional nº 95, sancionada em 2016, congelou em até 20 anos os recursos públicos destinados à Educação. Conjuntamente com a Saúde, o teto de gastos correspondente à Educação, até o ano de 2036, representa o orçamento estipulado para o ano de 2016 (MARIANO, 2017). Logo, a formulação das políticas públicas e sociais encontram impasses para sua concretização. A falta de investimentos nesta área retarda o desenvolvimento social e tecnológico proporcionado pela Educação.

¹⁷ Marcus David, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior (Andifes), em entrevista ao jornal CNN Brasil.

Se tratando de desenvolvimento social e tecnológico proporcionados pela educação, no âmbito das tecnologias de informação - ou seja, pelos vários setores que integram os aspectos do aparato digital -, a Internet ganha espaço na ampliação do conhecimento na sociedade. O avanço da tecnologia possibilita uma população cada vez mais conectada, modificando assim, as relações sociais ao decorrer do tempo. Logo, pensar a internet como parte do espaço pedagógico faz com que os métodos tradicionais apresentados até os dias de hoje possam não ser atrativos para as novas gerações de alunos na educação básica e no ensino médio. À vista disso, foi criada a Lei 14.172/2021 que dispõe do acesso à internet no ambiente educacional às escolas da rede pública dos Estados e do Distrito Federal, como previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

Em conformidade com a Lei, o acesso à tecnologia deve proporcionar melhor qualidade a interação dos alunos ao conteúdo pedagógico ministrado no espaço escolar. Entretanto, segundo o Censo Escolar de 2020, os indicadores do compromisso na distribuição e compra de linhas de banda larga de “alta velocidade não chegam a 17,2 mil escolas urbanas (20,5%)”¹⁸, assim como determina “o relatório de fiscalização do Tribunal de Contas da União apontou que somente 1,2% do valor arrecadado havia sido investido em medidas de conectividade. O valor equivale a 16,5 bilhões de reais” (CARTA CAPITAL, 2021). O programa Educação Conectada, elaborado para ampliar o modelo de educação e aprendizagem do país, foi barrado pelo atual Presidente, Jair Bolsonaro. Ainda, conforme a reportagem, comprovou-se que “as dificuldades ao acesso à internet levaram à evasão de 1,38 milhões de crianças e adolescentes das instituições de ensino. Esse número representa 3,8% dos estudantes brasileiros. Os dados são do Unicef.” (CARTA CAPITAL, 2021)

Até mesmo porque a lei de conectividade resulta também do novo modelo educacional. Isto é, desde o ano de 2017, o governo reformulou as bases educacionais estabelecendo o novo ensino médio para “tornar a etapa mais atrativa e evitar que os estudantes abandonem os estudos” (AGÊNCIA BRASIL, 2022). Logo, há um adicional de carga horária para a aplicação dos cursos técnicos voltados para o acesso ao mercado de trabalho. As mudanças iniciam neste ano a partir do 1º ano do ensino médio e o aluno poderá

¹⁸ CartaCapital, Educação. O papel da internet como elemento fundamental para a educação - a pandemia da covid-19 escancarou as discrepâncias socioeconômicas no Brasil. Por Marina Verenicz, 17 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/o-papel-da-internet-como-elemento-fundamental-para-a-educacao/>. Acesso em: 17 de janeiro de 2021.

escolher os itinerários para aprofundar e direcionar sobre a área de interesse que deseja se qualificar¹⁹.

Conclui-se que a sistematização das avaliações que possibilitam a conclusão do ensino básico e ensino médio encontram dificuldades para sua permanência devido ao enxugamento dos recursos públicos pela EC 95/2016 e da efetivação destas políticas sociais em relação ao ENEM, que também deverá se adaptar ao novo modelo de ensino. Logo, os desafios com o novo ensino médio, conforme a Agência Brasil, deságua, no possível fato, de que as instituições públicas podem não atingir a aplicação do novo modelo pedagógico pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ou seja, a educação almeja modernizar as bases educacionais, mas encontra barreiras nas escolas públicas devido a sua baixa infraestrutura e aos níveis de desigualdade social nos territórios a que pertence. E o que se tornaria uma promessa atrativa aos jovens, pode vir a tornar-se um novo motivo para a contínua evasão escolar.

3.2 DO ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO

Dado ao que foi discutido no subitem acima, as bases curriculares do ensino médio foram reformadas para destinar aos jovens concluintes dos níveis finais de escolaridade a oportunidade de qualificação para o mercado de trabalho. Entretanto, as mudanças propostas para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) podem vir a trazer distorções sobre as oportunidades propostas aos jovens ao final do ensino médio, já que o novo modelo pedagógico visa atrair a atenção dos/as adolescentes para evitar a evasão escolar. As alterações no dispositivo da educação pública datam do pós-golpe, sancionada a Medida Provisória 746/2016 pela Lei nº 13.415/2017.

[...] o governo brasileiro reorganiza sua nova agenda educacional voltada para atender a uma lógica de mercado, ressuscitando a figura do professor com notório saber e retirando e/ou flexibilizando disciplinas estratégicas, conforme veremos, e também ao substituir a educação pela aprendizagem por competências, o que desqualifica a formação geral e profissional dos mais jovens (COSTA; SILVA, 2019, p. 7).

¹⁹ TOKARNIA, Mariana. AGÊNCIA BRASIL. Novo ensino médio começa a ser implementado este ano. Publicado em 01/02/2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-02/novo-ensino-medio-comeca-ser-implementado-este-ano>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2022.

Em decorrência dessa lógica de mercado, os alunos se responsabilizarão pelos itinerários formativos²⁰ que desejam se aprofundar e que farão sentido para sua formação profissional; além do mais, apenas as matérias de português e matemática se tornam indispensáveis ao desenvolvimento pedagógico. Para Costa e Silva (2019), esta nova realidade educacional retira do Estado a idoneidade de ordenar a Política Nacional de Educação (PNE), incoado no estado de bem-estar social, pois o novo modelo pedagógico visa o mercado privatista e não o setor público. Não obstante, o novo modelo do ensino médio emerge num período em que se é posto um congelamento de 20 anos no orçamento público destinado à Educação e para tal esta restrição dificulta a modernização das escolas públicas para comportar o novo ensino médio.

Diversos especialistas, entidades científicas, acadêmicas e sindicais da área educacional debruçaram-se sobre o texto da BNCC e apresentaram críticas e análises muito ricas sobre o conteúdo da proposta, destacando: o estreitamento curricular ao defini-lo por habilidades e competências; as possibilidades de negócios para o setor privado com a indústria das avaliações, consultorias, formação contínua de professores; os 20 a 30% do currículo que pode vir a ser ofertado a distância e que pode ser compreendido no contexto de novos modelos educativos, “uma das principais áreas da política educativa financiada pelo Banco Mundial e BID” (IEAL, 2018, p. 41) para a educação na América Latina e no Caribe, abrindo-se, portanto, possibilidades de mercantilização; material didático estruturado, vendido ao setor público por agentes privados; programas de gestão online; entre muitos outros [...]. (COSTA; SILVA, 2019, p. 10-11).

À vista disso, torna-se viável pensar que o Sistema S, criado a partir da década de 1940, é um suporte ideal para o novo modelo do ensino médio, sem que as bases do antigo método pedagógico fossem remodeladas. Detém-se sobre os modelos de ensino e aprendizagem do sistema S, apenas para fins de entendimento sobre a qualificação profissional, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC). Para além dos modelos privados de qualificação profissional dos trabalhadores de baixa renda, o Sistema Nacional de Emprego (SINE) abrange de forma semelhante ou igual o acesso ao mercado de trabalho para a classe trabalhadora nas regiões em que esteja inserido.

²⁰ “O documento do ensino médio, elaborado pelo Ministério da Educação e entregue ao Conselho Nacional de Educação para aprovação, apresenta as características do novo ensino médio com itinerários formativos, disciplinas diluídas em áreas do conhecimento, habilidades socioemocionais, entre outros, cuja formação deve assegurar o desenvolvimento de dez competências gerais, articuladas à “construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores” (Brasil, 2018, p. 9 apud COSTA; SILVA, 2019, p. 10)

O SENAI foi o primeiro modelo de ensino e aprendizagem criado para as classes operárias no ano de 1942. Instituído pelo Decreto-Lei Federal n. 4.048/42, o SENAI passa a ser gerido pela Confederação Nacional da Indústria com o objetivo de qualificação da força de trabalho de jovens e adultos para as fabricantes industriais em solo brasileiro (IAMAMOTO, 1982). Todavia, o que se inicia como um projeto de caráter público no ramo da educação e capacitação dos jovens e adultos nas indústrias, em mesmo sentido torna-se inapto devido aos “problemas do equilíbrio orçamentário, a escassez de recursos, levam a que o Estado procure “interessar” o empresariado industrial na qualificação da força de trabalho [...]” (IAMAMOTO, 1982, p. 269).

Surgirá, assim, o SENAI, como principal instrumento de atuação coletiva do empresariado - sob o comando de sua fração dominante, que é também sua principal beneficiária no processo de adequação da Força de Trabalho coletiva às necessidades da produção. (IAMAMOTO, 1982, p. 270)

Já o SENAC se constitui também como um modelo de qualificação profissional do mercado privado. Sua origem data de 1945 e é instituído de forma permanente pelo Decreto-Lei de janeiro de 1946. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) torna-se aporte de qualificação profissional destinado aos trabalhadores do comércio, prevendo também seus direitos (FGV, s/d). O SENAC proporciona um vasto programa para cursos de qualificação técnica do trabalho. Assim como o SENAI, o SENAC também busca direcionar parte das vagas de ensino e aprendizagem para as pessoas de baixa renda. Mas para isso, ele se utiliza de um cálculo próprio que é denominado de "Programa SENAC de gratuidade" (PSG).

Em alusão ao novo ensino médio, o SENAC atualmente se adequou para comportar a nova massa de alunos de baixa renda que farão parte do novo modelo pedagógico implementado pela BNCC.

O PSG oferecerá vagas em cursos de Formação Inicial e Continuada (Aprendizagem Profissional de Qualificação, Qualificação Profissional, Aperfeiçoamento e Programa Instrumental) e Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Aprendizagem Profissional Técnica, Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio, Qualificação Profissional Técnica e Especialização Técnica de Nível Médio), nas modalidades de ensino presencial e a distância. [...] A oferta de cursos do PSG terá como referência os Itinerários Formativos das unidades educacionais dos Departamentos Regionais, que serão construídos com base no mercado local/regional, no que se refere à demanda por formação profissional. (SENAC, 2021, p. 13).

Como parte do treinamento e da aprendizagem na área privada, o SENAI e o SENAC destinam a qualificação profissional aos trabalhadores que possuam condições materiais para a realização dos cursos em seu espaço educacional. É possível enxergar que, a lógica mercantil de qualificação da força de trabalho pelo caráter privatista faz do Sistema S um modelo excludente para a qualificação da força de trabalho, visto que, o perfil dos trabalhadores atingem as camadas mais pobres da população e que não possuem condições de arcar com as despesas de uma capacitação profissional.

Em meio à conjuntura atual, marcada pela presença de novo simbolismo cultural, no qual a palavra central passa a ser a competitividade, a educação escolar, que deveria ser um instrumento de construção de relações mais solidárias entre as pessoas, passa a ser vista apenas como um instrumental de formação dos indivíduos para disputarem uma posição no mercado de trabalho. (OLIVEIRA, 2001, p. 1).

Na busca para acessar o Mercado de Trabalho, o Sistema Nacional de Emprego (SINE) surge como meio para garantir a intermediação de mão de obra as atividades do terceiro setor; executar programas “que *tenha* como objetivo à qualificação, certificação e orientação dos trabalhadores, priorizando aqueles em situação de maior vulnerabilidade social” (BRUNO; CARDOSO, FALTAY, 2021, p. 7) e direcionar os trabalhadores ao seguro-desemprego. Aliás, o SINE surge em 1975, mas se estabelece mediante os acordos da Convenção nº 88 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

[...] a convenção orienta os signatários a criar e manter um serviço público e gratuito de emprego, constituído por uma rede de escritórios locais e regionais, com o objetivo de promover “a melhor organização possível do mercado de emprego como parte integrante de um programa nacional destinado a assegurar e a manter o pleno emprego, assim como a desenvolver e a utilizar os recursos produtivos” (OIT, 1948 apud BRUNO; CARDOSO, FALTAY, 2021, p. 7).

Todavia, o SINE vem enfrentando dificuldades para sustentar aquilo que foi cobrado pela OIT. Segundo Lobo e Anze (2016), o sistema nacional de empregos enfrenta, desde 2013, uma queda e uma baixa efetividade das orientações e ações de intermediação da mão de obra para as vagas de emprego. Ainda conforme as autoras Lobo e Anze (2016), os dispositivos que regulam o SINE, em especial a União, não contemplam a organização e gestão dos equipamentos nas unidades regionais do país. Isso leva a crer que a operacionalização dos serviços aumenta ainda mais a dificuldade em manter um serviço público gratuito que direciona a classe trabalhadora a novas possibilidades de emprego.

Também como um qualificador da força de trabalho, este equipamento, pelas barreiras que encontra para sua continuação, se vê impossibilitado de preparar e capacitar os trabalhadores para o mercado de trabalho.

Logo, o olhar se direciona à população que acessa, ou que busca acessar a qualificação técnica. O setor industrial tem como base as populações oriundas dos setores com menor acesso a renda e a educação, o que muitas vezes impossibilita a entrada em cursos profissionalizantes, principalmente em nível técnico. Além do mais, ao mesmo tempo que encontram dificuldades para acessar a qualificação técnica, esses sujeitos se veem cada vez mais distantes da qualificação superior. Nesse sentido, entende-se que para garantir a qualificação e uma melhor colocação no mercado de trabalho é fundamental que o acesso à educação seja universal e para todos e todas. No sentido de pensar os desafios que emergem desta realidade, no próximo item serão discutidas as condições de trabalho, o desemprego e a precarização vivenciadas pela classe trabalhadora.

3.2.1 Desemprego e Informalidade: a precarização do trabalho através da atividade autônoma e do empreendedorismo

Embora os exames nacionais ofertados pelo Estado sejam a porta de entrada para o término do grau de escolaridade, não são todos os sujeitos que optam por realizar a avaliação a fim de testar suas competências teóricas e práticas para obtenção do certificado de conclusão do ensino médio. Afinal, a realidade em que estão postos não possibilita as condições econômicas, sociais e psíquicas para enfrentar tamanha avaliação. A não conclusão do ensino médio acarreta na maneira como essas pessoas enxergam suas vidas, fazendo com que elas recorram ou cedam aos trabalhos temporários, e os quais, muitas vezes, são precários e insalubres à condição humana. É, a partir deste ponto, que adentra-se ao objetivo fundamental do título deste subcapítulo, sobre as condições do desemprego e da informalidade originadas pela falta de escolaridade.

A precarização do trabalho reflete indiscutivelmente no aumento expressivo do desemprego e da informalidade. Em contrapartida ao trabalho assalariado, surge o trabalho autônomo e o empreendedorismo, em que ambos ampliam a exploração da Força de Trabalho. Num modelo (ultra)neoliberal em que o Estado é mínimo na perspectiva dos direitos e máximo na direção dos interesses do mercado, o surgimento desses dois encargos (autônomo e empreendedor) acentuam a competitividade, o individualismo e a noção de meritocracia na sociedade. Com isso, as leis que regulamentam as atividades laborais tradicionais, aquilo que

é tido como concreto até os dias de hoje, são revogados pouco a pouco, abrindo brechas para novos modelos de reprodução das relações sociais e do modo de produção capitalista. Logo, o que se buscou no Século XX, mais precisamente a partir da década de 1930, por meio dos movimentos sociais e sindicais geridos pelo proletariado, começa a ser desfeito e, inevitavelmente, as leis trabalhistas não mais contemplam os novos sujeitos que se inserem na classe de trabalhadores.

[...] homens e mulheres dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontram, cada vez mais, situações instáveis, precárias, ou vivenciam diretamente o flagelo do desemprego. [...] aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas, consequência da lógica destrutiva do capital [...]. (ANTUNES, 2018, p. 30).

Segundo o IBGE, o número de desocupados correspondia à marca de 13,5 milhões de brasileiros no 3º bimestre de 2021, totalizando o percentual de 12,6% da população fora do mercado de trabalho em relação ao ano de 2020 que obteve, ao final do ano, o resultado de 14,4% de brasileiros desempregados.

Com o surgimento da Covid-19 em 2020 no Brasil, a agudização dos novos moldes de reprodução da força de trabalho ocorre devido às:

novas tendências de relações trabalhistas articuladas ao uso de recentes tecnologias e que abrange diversas empresas e tipos distintos de serviços prestados [...] o trabalhador, enquanto uma mera mercadoria, é inserido primeiramente sob a subsunção formal e posteriormente pela subsunção real. (PINHEIRO, SOUZA, GUIMARÃES, 2018 p. 54).

Isso é, as plataformas midiáticas para empreendedorismo, assim como, serviços autônomos de transportes particulares e os deliverys emergem em maior evidência pela flexibilização e precarização do trabalho pelo número de pessoas desempregadas ao longo de dois anos da pandemia²¹.

²¹ Segundo Pinheiros; Souza, Guimarães (2018), referenciando a pesquisadora Ludmila Costhek, a noção de empreendedorismo de si próprio modifica as regras do jogo construídas pelo sistema capitalista; “o ‘novo’ fica por conta da inserção da tecnologia mediando as relações trabalhistas”, constatando “uma forma de trabalho cada vez mais desregulamentada e desprotegida”. A industrialização 4.0 discutida por Antunes fundamenta-se na perspectiva de Costhek, de que “a uberização deixa muito evidente uma relação facilmente obscurecida, entre o desenvolvimento tecnológico e a precarização do trabalho”. (Uberização: a precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo - Revista Serviço Social em Debate, v. 1, n. 2, 2018, p. 53-68)

A consolidação de um mercado econômico ainda mais conservador se deve à “nova” contrarreforma trabalhista elaborada e sancionada em 2017 (dois mil e dezessete) pelo governo de Michel Temer e expandida na gestão do governo Bolsonaro.

O Estado brasileiro, sob uma perspectiva de classe e para satisfazer interesses reprodutivos do capital, vem implementando, especialmente nos últimos anos, medidas de austeridade, ajuste fiscal e privatizações que caminham na contramão dos direitos sociais previstos e promulgados na Constituição Federal de 1988. [...] A aprovação da Lei n.13.429/2017, que possibilita a terceirização irrestrita e desenfreada, ou seja, a contratação de terceirizados para a realização de atividades-meio e/ou atividades-fim, abre caminhos para a desproteção total e absoluta de trabalhadores e trabalhadoras, corroborando para os processos de coisificação, intensificação, precarização, acidentes de trabalho e adoecimentos advindos da sobrecarga laboral. (GHIRALDELLI, 2019, p. 388-400).

Uma vez que estes processos de reprodução do capital provocam o adoecimento do trabalhador, faz-se necessário o uso da Seguridade Social para o amparo do sujeito a fim de que este retorne ao mercado de trabalho. Entretanto, a EC 95/2016 que congela o teto de gastos e os repasses necessários para manutenção da área da Saúde, precariza o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Com isso, os trabalhadores que buscam acessar o SUS para os mais diversos tratamentos das suas enfermidades encaram um serviço fragilizado e enfraquecido. Logo, a Previdência Social e a Assistência Social incorporam os serviços que poderiam ser remediados em pouco tempo pela Saúde.

Neste sentido, a Previdência Social concentra um elevado nível de pessoas incapacitadas à realização do trabalho por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC), Segundo o IBGE (2021), o número de receptores do BPC equivale ao total de 4.983.628 (quatro milhões, novecentos e oitenta e três mil, seiscentos e vinte e oito) pessoas e destina-se o valor de mais de R\$ 46 (quarenta e seis) bilhões ao pagamento deste direito social. Este recurso implementado pela assistência social e regulado pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) destina-se a grupos familiares cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo (BRASIL, 1993). Do ponto de vista da (contra)reforma trabalhista, a nova legislação mexeu nas condições de aposentadoria da população brasileira. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, originada ainda no governo de Michel Temer, instaurou a ampliação da idade de aposentadoria da população idosa devido à expectativa de vida humana em sociedade e a redução da mesma em idade ativa em relação ao trabalho realizado pelos indivíduos. (PINHEIRO, SOUZA, GUIMARÃES, 2018).

Enquanto isso, a Assistência Social enfrenta a agudização do conjunto das expressões da Questão Social. Aliás, a Assistência Social serve, muitas vezes, para o nivelamento das desigualdades sociais que se manifestam nas crises do capital. Por receber um orçamento público menor que a Saúde e a Previdência Social, a Assistência Social se limita a trabalhar numa gestão de estado mínima e voltada para os mais necessitados. Diante de uma política neoliberal, ela enfrenta constantemente a focalização dos benefícios sociais ao invés de sua universalização. Desse modo, ela reflete os limites e possibilidades dos equipamentos da Assistência Social na busca do acesso ao mercado de trabalho dos sujeitos a partir da legislação do SUAS.

Dados preliminares apresentados pela OIT projetavam a perda de 195 milhões de empregos em tempo integral já no segundo trimestre de 2020 (veremos que de fato serão efetivamente muitos mais, dada a invisibilidade odiosa que caracteriza o mundo do trabalho em nosso tempo), sendo que 1,6 bilhão de pessoas, que viviam na informalidade, já estavam sofrendo com a destruição de suas próprias condições de sobrevivência ultraprecárias. (ANTUNES, 2020, p. 17).

Neste sentido, pelo aumento das demandas que chegam aos espaços socioassistenciais, a Pandemia evidenciou a precarização do trabalho e a falta de direitos trabalhistas que garantam o trabalho formal. A concessão dos benefícios, como o PBF (ou novo Auxílio Brasil) e o BPC, demonstram a procura dos/as usuários/as para assegurar a possibilidade de sustento e sobrevivência dos grupos familiares. Isto porque, ao longo de dois anos, as condições de trabalho não foram favoráveis à classe trabalhadora. A insistência para fazer o capital girar legitimou o desemprego, não por falta de mão de obra para o trabalho, mas para não haver obrigações com pagamentos aos trabalhadores por sequelas da contaminação pelo coronavírus ao mesmo tempo que se justificava como um corte de gastos das empresas privadas.

Se essa realidade do trabalho se expande como uma praga em períodos de “normalidade”, é evidente que neste período pandêmico o capital vem realizando vários experimentos que visam intensificar e potencializar, pós-pandemia, os mecanismos de exploração do trabalho nos mais diversos setores da economia. Uma vez mais, então, os capitais pretendem transferir o ônus da crise à classe trabalhadora que, além de ser a única que não tem a menor responsabilidade por esta tragédia humana, é a que mais sofre, mais padece e mais perece. (ANTUNES, 2020, p. 27).

É nessa proporção que avança o empreendedorismo, criando uma nova classe trabalhadora que necessita novos modelos de leis para legitimar seus direitos sociais, políticos e trabalhistas. Dessa forma, o autor continua da seguinte forma:

Assim, mesmo sem evidências de arrefecimento da pandemia, as corporações globais apresentam o receituário para a saída da crise, verdadeiro obituário para a classe trabalhadora: mais flexibilização, mais informalidade, mais intermitência, mais terceirização, mais home office, mais teletrabalho, mais EAD, mais algoritmos “comandando” as atividades humanas, visando a convertê-las (em todos os setores e ramos em que for possível) em um novo apêndice autômato de uma nova máquina digital que, embora possa parecer neutral, serve aos desígnios inconfessáveis da autocracia do capital. (ANTUNES, 2020, p. 28).

Como saída para a crise humana e sanitária que se iniciava, tomou-se como medida socioeconômica, para contenção do desastre pandêmico, a instauração do Auxílio Emergencial, pela Lei 13.982/2020. Foram destinados a esse benefício extraordinário o equivalente a R\$ 294,94 bilhões (ver em Auditoria cidadã da dívida)²² a fim de que a população não sentisse os impactos causados pela recessão socioeconômica durante o ano de 2020.

O Auxílio Emergencial perdurou até Outubro de 2021. O benefício, por sinal, que começou em torno de R\$ 600,00 foi reduzido gradualmente até o valor de R\$ 150,00. Em detrimento deste benefício, surgiu-se a necessidade de se pensar uma Renda Básica Universal aos indivíduos fora da força de trabalho. Entretanto, a ideia esbarra no modelo de aplicação da mesma, e pode vir a tirar o foco dos programas sociais que já estão em pauta na realidade brasileira.

A experiência da implementação do auxílio emergencial durante a pandemia deixou evidente o quão difícil é identificar e chegar até os indivíduos que são foco de um programa: ausência dos elegíveis nos cadastros oficiais do governo, erros graves de focalização e concessão de benefícios etc. E, como argumentamos, a trajetória recente do Bolsa Família, antes da pandemia, evidencia que a abrangência do programa esteve à mercê de disponibilidades orçamentárias e disputas políticas. Noutras palavras, a operacionalização empírica dos critérios de foco e elegibilidade não mantém necessariamente uma correlação direta com as necessidades da população – e nem mesmo com linhas justas de suficiência. (SILVEIRA, BARBOSA, 2021, p. 80).

²² FATTORELLI, Maria Lucia; ÁVILA, Rodrigo; MULLER, Rafael. **Auditoria Cidadã da Dívida: Gastos com a Dívida Pública crescem 33% em 2020.** Disponível em:

<https://auditoriacidadada.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Grafico-Or%C3%A7amento-2020-Privil%C3%A9gio-dos-gastos-com-a-D%C3%ADvida-P%C3%BAblica-e-a-necessidade-de-Auditoria-VERSAO-FINAL.pdf>.

Acesso em: 01 de fevereiro de 2022.

De qualquer forma, a passagem da Pandemia da COVID-19, que ainda assola o cenário socioeconômico do Brasil, pontua as necessidades que a classe trabalhadora enfrentará a partir de agora para garantir os direitos trabalhistas duramente conquistados pelos movimentos sociais e sindicais. Uma vez que agora são suprimidos os recursos econômicos para os gastos com a sociedade, a população não vê saída senão buscar programas de transferência de renda como o Bolsa Família (ou Auxílio Emergencial) ou decidir por aventurar-se em condições de trabalho autônomas, denominadas de empreendedorismo. Portanto, os anos que sucederão a pandemia trarão um novo olhar sobre o objeto da profissão dos/as assistentes sociais diante da Questão Social e sobre as ramificações do conjunto de suas expressões em detrimento da pobreza e do desemprego e as várias formas de precarização do trabalho a partir do trabalho autônomo.

4. DA CATEGORIA QUESTÃO SOCIAL: UM PASSADO PRESENTE

As transformações econômicas e sociais ocorridas no período das revoluções industriais mudaram o cenário europeu em relação a miséria e apresentou a questão social como consequência pela massificação do êxodo rural dos camponeses que vinham à cidade vender sua força de trabalho às indústrias fabris. (IAMAMOTO, 2008). A mudança do modo de produção da mercadoria foi alterada e capturada reformulando, o conceito de singular para universal da produção e colheita de alimentos à confecção dos objetos a partir da matéria-prima pelos pequenos artesãos, tecelões, marceneiros, carpinteiros, entre outros trabalhadores.

Prontamente a Questão Social demarcou uma classe específica no processo de formação da sociedade (IAMAMOTO, 2008). Gerenciada pela Igreja Católica, o trabalho com a questão social, realizado pelas damas de caridade, desdobrou-se em ações assistencialistas e na culpabilização dos sujeitos por suas carências. A luta de classes então se desencadeia e a mediação das correlações de força fica a cargo do Estado. Como diria Lênin (1917), a criação do Estado demarca o desenvolvimento da sociedade e manifesta as relações inconciliáveis entre as classes sociais. Portanto, é nesta contradição que a gênese da profissão nasce e através das suas protoformas o Serviço Social se expande pela Europa. (MARTINELLI, 1989).

A história do capitalismo é a história das classes sociais; estas constituem o elemento fundamental para se compreender tanto o capitalismo em si mesmo considerado quanto a marcha histórica da humanidade, profundamente relacionada com seus conflitos, antagonismos e lutas, estas últimas em especial, verdadeiras forças motrizes daquela marcha. (MARTINELLI, 1982, p. 30).

Já o desenvolvimento da Questão Social no Brasil se configura ainda nos aspectos da escravidão até a República Velha. A economia colonial expandiu-se por meio da monocultura e do latifúndio através do processo de escravidão. Logo, o mundo transformado pelo processo das revoluções industriais nos países europeus não mais comportava o mercado mercantilista e a escravidão, da qual o Brasil ainda dependia, tornando-o obsoleto. Temendo embargos econômicos, a saída adotada foi a promulgação da Lei Áurea (1888), que assegurou a liberdade aos escravos e alinhou a economia brasileira aos nortes do continente europeu. A proclamação da República Velha preservou os interesses da hegemonia e consolidou a

ampliação das suas bases de apoio do governo ao invés de buscar medidas para atenuar os conflitos sociais que começavam a emergir na sociedade. (IAMAMOTO, 1982).

Deste modo, os autores Cação e Filho (2014, p. 8) reforçam que “os negros tornaram-se trabalhadores muito pobres instalados numa sociedade repleta de preconceitos”. Ainda conforme os autores, a ideia de embranquecimento da população também ganhava força em meio a sociedade, numa noção de “superioridade” das raças; não obstante, adotou-se como estratégia o estímulo da mão de obra de imigrantes para efeito do embranquecimento da população e os ex-escravos tornaram-se trabalhadores excedentes e rejeitados para o trabalho na agricultura (CALÇÃO, REZENDE FILHO, 2014). Constantemente marginalizados e sem perspectivas de uma condição de vida melhor, a Questão Social começa a apontar suas raízes. Por isso, conforme Marini (1973, p. 15), “o sistema misto de servidão e de trabalho assalariado que se estabelece no Brasil, é uma das vias pelas quais a América Latina chega ao capitalismo.”

A chegada da década de 1930, sob o comando de Getúlio Vargas, impulsiona o processo de industrialização do país. Diferente dos países europeus e americanos que há muito desenvolviam as tecnologias fabris, cabe ao Brasil os processos inferiores da produção industrial (MARINI, 1973). Ou seja, o espaço destinado a produção ocupava o ramo do subdesenvolvimento, enquanto países em larga escala de fabricação e expansão de sua economia concebiam o franco desenvolvimento. Tal condição implica também na maneira como se enxerga o trabalho e as condições de trabalho empregadas pelo Estado à classe trabalhadora. O caminho percorrido pelo movimento operário também deu visibilidade ao modo e às condições trabalhistas e de vida a qual enfrentavam. Em outras palavras:

a gênese da questão social na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (IAMAMOTO, p. 156, 2007).

Neste sentido, os processos históricos vividos pela sociedade brasileira não escapam das transformações econômicas empregadas pela ordem capitalista no mundo. A discrepância entre os trabalhadores negros e imigrantes estão postas no passado de maneiras distintas, mas que coadunam num mesmo lugar, no conjunto das expressões da Questão Social. Logo, suas origens derivam, como comprova Marx, “da lei geral da acumulação capitalista e na tendência do crescimento populacional” (IAMAMOTO, 2007, p. 156). A demanda de trabalhadores

corresponde a um exército “industrial” de reserva, propensos aos interesses do capital, chamados de superpopulação relativa. E sob essas configurações, diz-se que o conjunto das expressões da questão social estão implicadas sob as:

desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causas amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispostos de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa “luta aberta e surda pela cidadania” (Ianni, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. (IAMAMOTO, 2007, p. 160).

Sendo assim, “a modernidade das forças produtivas do trabalho social convive com padrões retrógrados nas relações no trabalho, radicalizando a *questão social*” (IAMAMOTO, 2007, p. 129). É dessa conjuntura que a Questão Social se estabelece como rebeldia e resistência perante a sociedade e agrega ao trabalho dos/as assistentes sociais o objeto de estudo sobre a realidade dos sujeitos. Até mesmo porque, “os assistentes sociais trabalham com as mais diversas expressões da *questão social*, esclarecendo à população seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos.” (IAMAMOTO, 2007, p. 206).

E por esclarecimento, no acesso dos/as usuários/as as redes socioassistenciais obtém-se o perfil dos dados de realidade social dos brasileiros que acessam os equipamentos da assistência social, afinal, muitos que adentram o CRAS também buscam acesso ao Cadastro Único. Neste sentido, o Programa Bolsa Família, criado em 2003, nos mostra o perfil dos usuários ingressantes ao programa de transferência de renda. Segundo o IPEA (2015), para avaliar o perfil da vulnerabilidade social é preciso debruçar-se sobre os aspectos da Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho para mapeamento das condições de vida dos indivíduos. Assim é possível extrair o índice de vulnerabilidade social da qual as famílias se enquadram. Ver abaixo imagem:

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

TABELA 1
Valores de referência da melhor situação (valor igual a 0,000) e pior situação (valor igual a 1,000) por indicador que compõem o IVS
 (Em %)

Indicador	Valores de referência do indicador	
	Melhor situação (0,000)	Pior situação (1,000)
Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	0,0	40,2
Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo	0,0	50,5
Percentual de pessoas em domicílios com renda <i>per capita</i> inferior a meio salário mínimo (de 2010) e que gastam mais de uma hora até o trabalho	0,0	17,8
Mortalidade até um ano de idade ¹	0,0	52,5
Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola	0,0	98,5
Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola	0,0	15,2
Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos	0,0	7,6
Percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família	0,0	35,5
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade	0,0	42,1
Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo.	0,0	87,3
Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a meio salário mínimo (de 2010), na população total dessa faixa etária.	0,0	34,3
Proporção de pessoas com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a meio salário mínimo (de 2010)	0,0	100,0
Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade	0,0	18,0
Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	0,0	89,9
Percentual de pessoas em domicílios com renda <i>per capita</i> inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos	0,0	10,5
Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade	0,0	30,1

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Por mil nascidos vivos.

(FIGURA 1, Atlas de Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros)

Apresentados os dados acima, os critérios para mapeamento das condições de vida dos indivíduos também são igualmente percebidos através da documentação e entrevistas na realização do Cadastro Único, nas redes socioassistenciais dos CRAS distribuídos pelo município. Tais aspectos se sobressaem e delineiam o perfil e as condições de vida

enfrentadas por uma breve camada da população brasileira. Em geral, os dados com a educação são os mais relevantes, seguido da taxa de (des)ocupação em idade igual ou maior que 18 anos no que se refere ao trabalho (in)formal.

Outro ponto a ser comentado é a estrutura dos domicílios em que residem as minorias sociais. A não proteção da saúde humana e animal pelo escoamento da rede de esgoto e da falta de coleta dos lixos ou resíduos sólidos leva a essa parcela da sociedade a variáveis doenças por falta de controle das zoonoses. Além do mais, as crianças que estão em fase de desenvolvimento podem ter suas condições de saúde agravadas pela falta de cuidado e planejamento dos órgãos públicos em não averiguar as condições da localidade e do território em parceria com outras instituições de poder, para sanar as problemáticas que afetam a vida dos sujeitos que se encontram na linha da pobreza e extrema pobreza.

Como em uma pandemia, em que o pacto coletivo deve sobressair sobre o espírito individualista na imunização das doenças contaminantes, as soluções perante os problemas enfrentados por uma minoria da sociedade devem ser pensadas por toda a sociedade. Afinal, os impactos sentidos e vividos por essa camada mais pobre da sociedade reverbera no desenvolvimento das condicionalidades da Seguridade Social e dos direitos básicos firmadas pela CF/88. Logo, os cuidados em planejamento e programação de políticas sociais direcionadas a essa parte da população podem vir a retroceder os déficits sociais ao pautar o conjunto das expressões da questão social como norte para ações integrantes a partir da assistência social.

4.1 O CONJUNTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL: LATENTE OU MANIFESTA?

A contradição é inerente à sociabilidade humana, e por essa razão, a Questão Social se desenvolve no cerne do sistema capitalista conforme os acontecimentos que provocam suas mudanças, sejam elas oriundas do modo de produção capitalista e/ou das relações sociais desenvolvidas dentro do capital. O que se busca responder a partir do enunciado em relação ao conjunto das expressões da Questão Social é o propósito das palavras “latente ou manifesta” no perfil dos trabalhadores no acesso ao mercado de trabalho. Ambas as palavras não possuem a mesma raiz gramatical e tão pouco compartilham os mesmos sentidos de significado. Contudo, o enlace delas se encontra em via de mão única para desvelar a realidade social e material dos sujeitos através das dimensões do materialismo histórico dialético da profissão.

Os seres humanos são seres essencialmente sociais, ou seja, vivem em uma determinada sociedade. E essa sociedade é uma totalidade. Nenhuma situação pode ser considerada apenas em sua singularidade, pois senão corre-se o sério risco de se perder de vista a dimensão social da vida humana. Portanto, qualquer situação que chega ao Serviço Social deve ser analisada a partir de duas dimensões: a da singularidade e a da universalidade. Para tal, é necessário que o Assistente Social tenha um conhecimento teórico profundo sobre as relações sociais fundamentais de uma determinada sociedade (universalidade), e como elas se organizam naquele determinado momento histórico, para que possa superar essas “armadilhas” que o senso comum do cotidiano prega – e que muitas vezes mascaram as reais causas e determinações dos fenômenos sociais. É na relação entre a universalidade e a singularidade que se torna possível apreender as particularidades de uma determinada situação. (SOUSA, 2008, p. 123).

Ao analisar os indicadores de realidade da PNAD Contínua (IBGE, 2021) obtém-se, de modo geral, a porcentagem da população ocupada, desocupada e desalentada em meio a sociedade com relação ao acesso ao mercado de trabalho. Num primeiro momento, ao observar os dados de realidade, identificamos o aparente, a manifestação clara da apuração do resultado em algarismos que não nos mostram os motivos reais sobre a inserção dos indivíduos nas atividades empregatícias ou suas razões por não estarem integrados ao mercado de trabalho, mas sim a totalidade de pessoas disponíveis a vender sua força de trabalho.

Visto que estes dados nos mostram a superfície do problema que se procura desvelar, o latente expressa as contradições, as falhas na execução de políticas públicas sobre as atividades laborais, bem como, a de não compreender a historicidade dos sujeitos em adentrar o mundo do trabalho. Uma vez imbricadas, elas correlacionam-se de maneira complementar ao fornecer ao pesquisador a luz e sombra sobre o que se busca responder, ou aos profissionais inseridos nos espaço socioassistenciais os limites e possibilidades diante das mediações a serem desempenhadas como estratégias para evitar-se a exclusão social dos/as usuários/as em meio a sociedade.

Sendo assim, o IBGE traz a sombra do latente daquilo que não pode ser observado num primeiro momento, enquanto os espaços socioassistenciais trazem luz ao real sobre os resultados manifestos diante do conjunto das expressões da questão social. E por espaço socioassistencial, aqui evidencia-se o papel do CRAS como porta de entrada das políticas públicas e sociais às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Sendo ela uma Proteção Social Básica, ou seja, de caráter preventivo e de fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários, os/as profissionais assistentes sociais inseridos/as neste local questionam, indagam, investigam e intervêm sobre as brechas existentes na vida dos sujeitos no que se refere na sua introdução aos serviços sociais, bem como, nas suas dificuldades de

inserção ao mercado de trabalho. Logo, o conjunto das expressões da questão social é enfrentada da seguinte forma pela política pública de Assistência Social:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem. Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural. Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2004, p. 33).

Neste espaço sócio-ocupacional, o profissional é capacitado para o trabalho social perante as condições e modo de vida dos sujeitos. Através de sua *práxis*, este dispõe de instrumentos para desvelar o estado de vulnerabilidade social das famílias inseridas no território. É por meio desse aparato municipal instituído pelo SUAS que as relações familiares e comunitárias são construídas a fim de que se possa formar vínculos sociais mais fortes entre profissionais e usuários dos serviços socioassistenciais. Além do mais, a organização, estrutura e conjuntura das relações de vínculo entre o CRAS, as escolas públicas e a comunidade, viabiliza construir estratégias dentro do território para a coordenação das políticas da assistência social através das políticas sociais. Para isso, a NOB-SUAS (2012, p. 41-42) especifica em seu Art. 91, incisos III e IV, os seguintes dizeres:

III - utilizar a base de dados do Cadastro Único como ferramenta para construção de mapas de vulnerabilidade social dos territórios, para traçar o perfil de populações vulneráveis e estimar a demanda potencial dos serviços de Proteção Social Básica e Especial e sua distribuição no território; IV - utilizar a base de dados do Cadastro Único como instrumento permanente de identificação das famílias que apresentam características de potenciais demandantes dos distintos serviços socioassistenciais e, com base em tais informações, planejar, orientar e coordenar ações de busca ativa a serem executadas pelas equipes dos CRAS e CREAS;

A desmistificação dos vínculos sociais a partir do Cadastro Único contidos nos ambientes dos CRAS possibilita analisar não somente os indicadores de vulnerabilidade dos sujeitos e o acesso aos direitos sociais, mas também de analisar o perfil de acesso dos/as usuários/as ao mercado de trabalho nos territórios brasileiros, bem como, de reconhecer aqueles que vivem em meio a pobreza e extrema pobreza. A partir dessa análise é possível definir novas estratégias para a qualificação das políticas sociais de assistência social na

inserção dos sujeitos ao mercado de trabalho com base nas demandas que emergem da sua realidade.

[...] falamos de um território geograficamente definido, mas ao mesmo tempo, entendendo que a divisão geográfica do espaço territorial reflete as diferentes divisões da sociedade em classes sociais e segmentos de classes sociais. Assim, trabalhar em uma comunidade significa compreendê-la dentro de um contexto econômico, social, político e cultural de uma sociedade dividida em classes sociais – e que ela não está descolada da totalidade da realidade social. (SOUSA, 2008, p. 128).

Por táticas e estratégias na realização do trabalho dos/as assistentes sociais ao obter informações sobre a realidade social e material dos sujeitos, a investigação sobre o “latente ou manifesto” se apresenta de várias formas na intervenção profissional sob o uso da dimensão técnico-operativa. Para desvelar a realidade dos sujeitos, “o profissional deve conhecer, se apropriar, e sobretudo, criar um conjunto de habilidades técnicas que permitam ao mesmo desenvolver as ações profissionais junto à população usuária e às instituições contratantes” (SOUSA, 2008, p. 122). E, para a realização deste trabalho, não há como desvincular as dimensões ético-política e teórico-metodológica no emprego da prática profissional apontada. O profissional não deve ser isento em seu posicionamento como técnico social, devendo tomar partido sobre as relações de força existentes entre a classe dominante sob a classe dominada. Afinal:

[...] o Serviço Social se constitui como profissão no momento histórico em que os setores dominantes da sociedade (Estado e empresariado) começam a intervir, de forma contínua e sistemática, nas conseqüências da “questão social”, através, sobretudo, das chamadas políticas sociais. Segundo Carvalho & Yamamoto (2005), o Serviço Social é requisitado pelas complexas estruturas do Estado e das empresas, de modo a promover o controle e a reprodução (material e ideológica) das classes subalternas, em um momento histórico em que os conflitos entre as classes sociais se intensificam, gerando diversos “problemas sociais” que tendem pôr a ordem capitalista em xeque (Netto, 2005). (SOUSA, 2008, p. 120)

Dessa forma, o conjunto das expressões da Questão Social podem não ser um fator manifesto na vida dos sujeitos por não possuírem o conhecimento teórico de um profissional e, por essa razão, são tidos como latentes nas várias contradições políticas e socioeconômicas que enfrentam diariamente. Todavia, os/as usuários/as são conscientes sobre a realidade que vivenciam constantemente. Isto porque, os sujeitos compreendem melhor seu território, a sua

comunidade e os vínculos sociais que constroem como forma de expressão da rebeldia e resistência no processo do sistema capitalista.

Portanto, ao assistente social cabe, mediante todo o seu aparato de qualificação profissional, direcionar as demandas advindas dos/as usuários/as para a esquematização de um projeto societário mais sólido. Pois, assim como um/a professor(a) que direciona as ideias dos/as seus/suas alunos/as para a elaboração de um trabalho com base nos interesses desse/a último/a, os/as assistentes sociais também possuem as mesmas condições de proporcionar aos usuários um norte sobre os seus interesses para a melhora das suas condições de vida diante da política de Assistência Social.

5. DA CATEGORIA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Conforme o Dicionário Crítico da Política de Assistência Social (ALVES, 2016), o termo designa um conjunto de ações coordenadas para auxiliar indivíduos e grupos sociais em situação de vulnerabilidade. Desenvolvida pelas ações da Igreja Católica, a expressão Assistência Social originou-se em primeira via como uma intervenção assistencialista com o intuito do “recolhimento e distribuição das esmolas, atendimento aos enfermos e amparo a crianças abandonadas” (ALVES, 2016, p. 22). De modo que o surgimento desta “política” iniciou-se na Europa, considerada para muitos como o berço da civilização, onde estabeleceram-se as primeiras ações de cunho social destinadas ao controle da pobreza.

No processo de transformação do modelo de produção econômica da Europa sobre o sistema feudalista (mercantil) para o sistema capitalista (industrial), a questão da pobreza intensificou-se, sendo adotadas medidas para paliar o aumento dos níveis de miséria. As primeiras leis estabelecidas para controle dos paupérrimos foram:

Estatuto dos Trabalhadores, de 1349; Estatuto dos Artesãos (Artífices), de 1563; Lei dos Pobres, de 1597; Lei dos pobres elisabetanas, de 1531 a 1601; Lei de Domicílio (*Settlement Act*), de 1662; *Speenhamland Act*, de 1795; Lei Revisora das Leis dos Pobres (ou Nova Lei dos Pobres - *Poor Law Amendment*), de 1834 (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 48).

Assim, a assistência social voltou-se a regular as relações sociais entre os indivíduos “merecedores” e “não merecedores”, com o intuito de banir a vadiagem entre os desafortunados (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Ao longo do tempo, a tônica sobre um Estado liberal fomentado na Europa, estimulado pelas teses de Ricardo e Smith, onde “cada indivíduo agindo em seu próprio interesse econômico, quando atuando junto a uma coletividade de indivíduos, maximizaria o bem-estar coletivo” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 56) trouxe ao modo de produção capitalista os rumos para a exploração da força de trabalho advindas dos camponeses. Como consequência disso, “a classe trabalhadora, atordoada pelo barulho da produção, recobrou de algum modo seus sentidos, começou sua resistência, primeiro na terra natal da grande indústria, na Inglaterra” (MARX, 1988: 211 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 55) e a partir disso buscou-se obter seus direitos sociais por meio da política social.

A mobilização e organização da classe trabalhadora foram determinantes para a mudança da natureza do Estado liberal no final do século XIX e início do XX. Pautada na luta pela emancipação humana, na socialização da riqueza e na instituição de uma sociabilidade não capitalista, a classe trabalhadora conseguiu assegurar importantes conquistas na dimensão dos direitos políticos, como direito de voto, de organização em sindicatos e partidos, de livre expressão e manifestação (BARBALET, 1989 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 63).

Apesar das conquistas no campo político e social alçados pela classe trabalhadora, ainda assim, estes encontraram resistência na expansão dos direitos políticos e sociais para toda a sociedade, visto que, a classe dominante ainda possuía maior poder de decisão sobre o Estado, pois ao conceder estes aspectos político-sociais aos trabalhadores isto os tornaria cidadãos conscientes de seu poder em sociedade. Contudo, a movimentação gerada pela classe trabalhadora na Europa, ao final do século XIX e início do século XX, "contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo" (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 64). Neste sentido, a Assistência Social no continente europeu se rearranja sob novos rumos através da política social.

No Brasil, ainda no período colonial, é instituída a primeira Casa de Misericórdia (1599). Através deste espaço é aplicada a primeira política social destinada ao recolhimento de crianças abandonadas por meio da Roda dos Expostos²³. Nos séculos seguintes à colonização, as leis criadas e implementadas pela monarquia e pela primeira república visavam o higienismo e o "reaparelhamento da polícia para repressão ostensiva da vadiagem" (ALVES, 2016, p. 23). A escravidão tem um grande peso para a trajetória das políticas da assistência social e, conseqüentemente, para as políticas públicas e sociais desenvolvidas pelos governos. Entre a primeira e a segunda República houveram poucas ações afirmativas destinadas à integração dos ex-escravos às cidades, sendo estes marginalizados. O Brasil se via com um grande contingente de indivíduos aptos ao trabalho, mas sem condições de oferecer o pleno emprego.

Quando há uma oferta de força de trabalho superior às necessidades de valorização do capital, situação quase permanente nas relações sociais capitalista, as condições precárias de vida da maioria da população se avolumam e drenam as mais diversas expressões de pobreza e miséria; assim, a fome, a desnutrição, a

²³ Segundo Resende (s/d, p. 154) "As rodas tinham como objetivo caritativo-assistencialista o recolhimento de crianças abandonadas para que estas não morressem jogadas à própria sorte, à mercê do frio e vítimas de animais. A Roda era um cilindro de madeira que girava em torno de um eixo e era repartida ao meio ou em quatro partes. Sendo colocada dentro da parede de um prédio, ou mesmo em um muro, permitia a introdução das crianças, sem que o depositário e o recebedor fossem vistos, e, portanto, reconhecidos."

subalimentação, os adoecimentos precoces são condições forjadas e intrínsecas à dinâmica da vida do conjunto da população trabalhadora que não consegue vender suas capacidades de trabalho no mercado capitalista (LARA; MARANHÃO, 2019, p. 41).

Este processo acirrou a questão social no Brasil, que até então oferecia o assistencialismo nos moldes europeus como forma de ajuda aos pobres. Ou seja, a lógica ainda usada era a de que:

O pobre, ao receber, ou, melhor ainda, porque depende do que recebe, é um devedor. Não há troca aparente, posto que não lhe pode exigir nada. Há, porém, uma troca real e desigual: trocam-se as coisas pela submissão, sob a falsa forma de gratidão (MELLO, 1998 apud YAZBEK, 2006, p. 132).

A omissão de políticas sociais que formulassem a concepção político-cidadã das minorias aprofundou o afastamento do conceito de direitos sociais destinados à população na busca pela justiça e equidade social. A acumulação do capital, que iniciou-se tardiamente em toda a América Latina, colaborou para definir a divisão internacional do trabalho e os diferentes desenvolvimentos existentes entre os hemisférios norte e sul (MARINI, 1973), reproduzindo a exploração da força de trabalho do proletariado sob os interesses da classe burguesa.

Portanto, a década de 1930 forjou as origens do subdesenvolvimento industrial para o Brasil e criou leis como meio de controle sobre os trabalhadores e os sindicatos sociais. Assim foi proposta a primeira lei destinada a regulamentar a jornada de horas trabalhadas, salários justos, e o direito à assistência social, saúde e previdência social. Logo, o sentido de política e cidadania tomou forma para a classe trabalhadora. O Serviço Social nasce desta contradição entre igualdade e desigualdade.

De um lado a afirmação da liberdade individual e da igualdade de direitos e deveres de todos os cidadãos, como contradição funcionamento pleno da economia de mercado. [...] Em polo oposto, tem-se a desigualdade inerente à organização da sociedade como unidade de classes sociais distintas e antagônicas, assentada em uma relação de poder e exploração (IAMAMOTO, 1982, p. 97-98)

É neste espaço de disputa que se concebe não somente a profissão, mas a política de assistência social. Neste sentido, o Estado, ao cooptar para si a organização dos direitos sociais ao criar o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), torna a entidade politizada e

retira da assistência social o caráter assistencialista gerado pelo trabalho realizado pela Igreja Católica ao longo dos séculos. Ainda assim, o CNSS “caracterizou-se mais pela manipulação de verbas e subversões, como mecanismo de clientelismo político” (IAMAMOTO, 2008, p. 264). Sob a governabilidade de Getúlio Vargas é implantada a Legião Brasileira de Assistência (LBA) pelo Decreto-lei n. 5.697/43, destinada às famílias dos pracinhas que estiveram presentes na Europa durante a Segunda Guerra Mundial. Ao final deste período, a LBA “se volta a assistência à maternidade e à infância, caracterizada por ações paternalistas e de prestação de auxílios emergenciais e paliativos à miséria” (BOSCARI, SILVA, 2015, p. 110).

A Constituição Federal de 1988, após uma luta incessante para abertura política e a instauração do Estado Democrática de Direito no Brasil, instituiu em seu preâmbulo o de:

Assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias (BRASIL, 1988).

A participação da sociedade civil, conjuntamente com os movimentos sociais, possibilitou a criação de leis que abrangem toda a população brasileira. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), formulada em 1993 pela Lei Federal nº 8.742, é construída para estabelecer as diretrizes, as normas, os critérios e objetivos em relação à Seguridade Social sobre os direitos sociais dos cidadãos brasileiros contidos na CF/88. Pela LOAS:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Além do mais, a partir da LOAS é estabelecida as primeiras ações de coordenação de enfrentamento a Pobreza, como se pode observar logo abaixo:

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e
e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;
II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.
Parágrafo Único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais (BRASIL, 1993).

Dessa legislação surge, posteriormente, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2003. Tem-se como deliberações sobre o sistema público “a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos” (NOB-SUAS, 2012, p. 16). Sobre a gestão do SUAS, esta é realizada pela União, pelos Estados, pelo Distrito federal e pelos Municípios que “assumem responsabilidades na gestão do sistema e na garantia de sua organização, qualidade e resultados na prestação dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais que serão ofertados pela rede socioassistencial” (NOB-SUAS, 2012, p.19). No que tange a esfera municipal, a descentralização da política de Assistência Social ocorre para que os gestores municipais possam realizar orçamentos próprios, com base na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Plano Plurianual (PPA), para a difusão dos direitos sociais nas cidades em relação a proteção social básica e especializada.

O surgimento da Política Nacional da Assistência Social (PNAS), em 2004, integrada às diretrizes e objetivos do SUAS, ao buscar atravessar as problemáticas contidas nos territórios nacionais, disseminados por todo o país no enfrentamento das desigualdades sociais ao garantir os “mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” (PNAS, 2004, p. 33) aos usuários da rede socioassistencial da proteção social básica e especializada. Desta forma, a PNAS se destina a uma determinada camada da sociedade, em que os problema sociais causados pelo modo de produção capitalista mais se asseveram.

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção

precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2004, p. 33).

Portanto, apesar de ser considerada uma política destinada a toda sociedade, somente é designada a quem dela necessita. Formada por uma hierarquia de serviços e legislações entre LOAS, SUAS e PNAS, todas elas mesclam-se para comportar os interesses dos cidadãos brasileiros no usufruto dos direitos sociais pela política de Assistência Social. Em especial, a proteção social, voltada aos serviços sociais básicos e/ou especializados reforça, não somente o enfrentamento das desigualdades sociais afloradas pelas expressões da questão social, mas também condiciona os sujeitos no desenvolvimento pessoal e comunitário, bem como, o de promover capacitação aos usuários na busca de (re)inserção ao mercado de trabalho. Logo, a Assistência Social, para além dos direitos sociais, viabiliza a geração de desenvolvimento de renda, pautados na liberdade, emancipação e autonomia dos sujeitos (CFESS, 1993), para torná-los donos de seus destinos.

4.1 DE UMA AÇÃO ASSISTENCIALISTA À EQUIPAMENTO DE GERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA OS/AS USUÁRIOS/AS DA POLÍTICA SOCIAL

No decorrer do capítulo anterior pôde-se perceber que a composição da Assistência Social iniciou-se como uma política social de cunho assistencialista. A autora Yazbek (1993) pontua que, por mais que a assistência social venha a caracterizar-se como uma ajuda aos mais necessitados, os mesmos não desejam ser reconhecidos como pedantes, em tempo que carecem de amparo para buscar superar sua realidade. Isto é, sabe-se que para os grupos sociais serem assistidos, torna-se necessário que os/as usuários/as manifestem seu desejo às instituições socioassistenciais. Para muitos, como descreve Yazbek (1993, p. 140), denota uma “situação que é experienciada como humilhante e difícil, pois devem comprovar suas necessidades e carências”, fazendo com que muitas vezes não busquem os serviços.

Aliás, pouca coisa mudou do século passado para cá, afinal, a realidade que aqui se aponta ainda existe para muitas das comunidades que possuem em seu território instituições como o CRAS. Este espaço socioassistencial oscila, muitas vezes, em uma política imediatista e da superação da realidade dos sujeitos por meio de programas e projetos sociais voltados à comunidade e desenvolvidos na própria instituição ou com parcerias locais. Além do mais, o orçamento público obtido, tanto pelo Fundo Nacional de Assistência Social

(FNAS) quanto pelo Fundo Municipal da Assistência Social (FMAS), possibilitam desencadear e desenvolver essas ações dentro dos territórios.

De maneira que, no CRAS, desenvolve-se o Programa de Atenção Integral à Família, e tem-se, como finalidade, a partir da documentação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2014), o seguinte objetivo:

A articulação dos serviços socioassistenciais do território com o PAIF garante o desenvolvimento do trabalho social com as famílias dos usuários desses serviços, permitindo identificar suas necessidades e potencialidades dentro da perspectiva familiar, rompendo com o atendimento segmentado e descontextualizado das situações de vulnerabilidade social vivenciadas. O trabalho social com famílias, assim, apreende as origens, significados atribuídos e as possibilidades de enfrentamento das situações de vulnerabilidade vivenciadas por toda a família, contribuindo para sua proteção de forma integral, materializando a matricialidade sociofamiliar no âmbito do SUAS (BRASIL, 2014, p. 12).

Afinal, sua função primordial consiste na prevenção e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e suas ações coordenadas podem ser realizadas de forma individual ou em grupos para a superação das fragilidades e vulnerabilidades sociais, pautando-se na matricialidade familiar e na territorialização da comunidade. A articulação com a rede de proteção, em seus diferentes níveis, se mostra necessária para o enfrentamento da questão social. Além disso, torna-se necessária como rede de proteção social básica pela troca acessível e descomplicada da comunicação, evitando-se a fragmentação e descontinuidade dos serviços prestados aos usuários e à comunidade.

Para além do que se destina, o CRAS também executa, dentro deste ambiente sócio-ocupacional, a sistematização do Cadastro Único (CADÚNICO) às famílias em situação de vulnerabilidade social. Sua função enquanto um sistema governamental é o de “auxiliar na solução de problemas de coordenação e de sobreposição de diversos programas sociais, inclusive de transferência de renda, geridos por Municípios e pelo Governo Federal” (ALVES, 2016, p. 41). Iniciado como aporte para o Programa Bolsa Escola (2001)²⁴,

²⁴ “Encabeçado pelo Ministério da Educação, esta política pública estava voltada às famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza e possuía como objetivo principal estimular a frequência escolar das crianças na faixa etária de sete a 15 anos. Para receber o valor mensal de R\$ 15,00 (quinze reais) por criança, chegando ao máximo de 03 crianças por unidade familiar, os pais ou responsáveis deveriam matricular e zelar pela frequência escolar de seus filhos e filhas. Diretamente ligado à educação, o Bolsa Escola buscava promover o acesso à educação às populações mais pobres, entendendo que a política social para além de suprir necessidades imediatas também cumpria o papel de fomentar o acesso à educação de forma universalizante.” (CÓRDOVA; ALVES, 2019, p. 114).

ampliando-se para a criação do Programa Bolsa Família (2003)²⁵, o programa de cadastramento consolidou-se em 2011 como “uma ferramenta estratégica para articulação das políticas públicas voltadas às pessoas de baixa renda” (ALVES, 2016, p. 42).

Logo, em decorrência da estrutura e conjuntura social a qual este país firmou-se, as esferas de poder buscam equilibrar os índices de pobreza e extrema pobreza através dos programas sociais. Assim:

[...] os programas de transferência de renda têm por finalidade realizar a redistribuição de benefícios financeiros à população em situação de vulnerabilidade, acometidas diretamente pelos efeitos negativos da globalização e do capitalismo nos mundos do trabalho, que causaram excessivo “desemprego e precarização das ocupações dos trabalhadores menos qualificados (COBO, 2012, p. 30 apud CÓRDOVA; ALVES, 2019, p. 113).

Como descrito pela citação, os programas de transferência de renda tratam de levar as populações socioeconomicamente desprovidas a possibilidade de se manterem através dos programas sociais. Entretanto, os acordos firmados pelo Governo Federal para a distribuição dos programas de transferência de renda exigem dos cadastrados o comprometimento com os critérios estabelecidos para usufruto do benefício.

O Bolsa Família transfere renda diretamente às famílias extremamente pobres (com renda mensal de até R\$ 77,00 por pessoa) e pobres (com renda mensal de R\$ 77,01 a R\$ 154,00 por pessoa). Ao entrarem no programa, as famílias assumem compromissos relacionados à Educação e à Saúde (BRASIL, 2015, p. 5).

Os últimos dados em questão de valores destinados às pessoas pobres, ou que estejam em extrema pobreza²⁶, consiste na divisão do somatório da renda mensal por pessoa dentro do grupo familiar que esteja abaixo dos valores de R\$ 89,01 e R\$ 178,00, respectivamente. A família, para receber o benefício, deverá ter em sua composição familiar gestantes e/ou nutrizes e crianças e/ou adolescentes entre 0 e 15 anos. Além disso, o grupo

²⁵ “O PBF é um Programa de Transferência de Renda (PTR) Federal destinado prioritariamente à população que vive em situação de pobreza e extrema pobreza, devendo executar-se de forma nacional, mediante cumprimento de condicionalidades. O objetivo principal desse programa é viabilizar as condições mínimas para que esses indivíduos consigam superar as situações de vulnerabilidade, reduzindo os riscos sociais e garantindo o direito constitucional à alimentação, à saúde e à educação.” (CÓRDOVA; ALVES, 2019, p. 115).

²⁶ BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família: Perguntas frequentes**. Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/beneficiario>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2022.

familiar poderá receber até 5 benefícios variáveis, são eles: “Benefício Básico; Benefício Variável; Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ); Benefício para a Superação da Extrema Pobreza (BSP)” (BRASIL, 2015, p. 6). Assim como há, na citação acima, as condicionalidades são compromissos firmados pelos grupos familiares para o recebimento do benefício. O não cumprimento com as ações integralizadas da Saúde, Educação e Assistência Social pela composição familiar acarretará no desligamento do programa social.

Ainda sob o governo de Dilma Rousseff (2014), a gestão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realizou com êxito que o Brasil saísse do Mapa da Fome. Sendo um programa de transferência de renda que possibilitou transformar a vida de milhões de brasileiros na linha da pobreza e extrema pobreza, a Cartilha Bolsa Família, desenvolvida pelo MDS, reafirma que as famílias participantes do programa social “não só continuam a trabalhar, como tiram sua renda principal do que produzem em cada ocupação” (BRASIL, 2015, p. 18). Logo, o “efeito preguiça” não é só um mito, como também o Bolsa Família proporciona, não somente efeito de elevar a autoestima dos sujeitos, mas também o de oferecer autonomia aos participantes do programa social. Estes preceitos não só fazem jus ao PBF, como também consolidam os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional dos/as Assistentes Sociais (CFESS, 1993), da liberdade, autonomia e emancipação dos sujeitos que perpassam as políticas da Assistência Social e os quais desejam transformar sua realidade social.

Entretanto, o que se acreditava ser um programa social consolidado, no ano de 2021, acabou por ser desfeito. O PBF deixou de existir e foi remodelado para um “novo” programa social de transferência de renda. Anunciado como Auxílio Brasil, seu objetivo trata de “integrar em um só programa várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda” (BRASIL, s/d). Logo, atuará sobre as famílias na linha da pobreza e extrema pobreza, e aquelas em regra de emancipação. A aprovação do Decreto nº 10.852, de 8 de Novembro de 2021, separa em seções as condicionalidades para receber os benefícios, são eles: Auxílio Esporte Escola; Bolsa Iniciação Científica Júnior; Auxílio Criança Cidadã; Auxílio Inclusão Rural e Auxílio Inclusão Urbano.

Em especial, o Auxílio Criança Cidadã visa proporcionar às famílias beneficiárias do programa, que tenham crianças de 0 a 48 meses de idade, em que os pais estejam em emprego formal, a possibilidade de continuar a ganhar o auxílio Brasil por dois anos. Após isso, o grupo familiar é desligado do programa social. Logo, o que se entende deste novo programa social é o de possibilitar às famílias a possibilidade de conquistar sua autonomia por meio de

cursos de qualificação ministrados através do Auxílio Brasil, fazendo com que os participantes retornem gradativamente ao mercado de trabalho.

Constata-se que a existência de um programa de transferência de renda não necessariamente precisaria ser suprimido para originar outro. O programa social, como o PBF, trilhou um árduo e longo caminho para fazer valer os direitos sociais através da transferência de renda à população na linha da pobreza e extrema pobreza. O PBF possibilitou, pela política de Assistência Social, o efeito de distribuir o que se buscava achar nos espaços socioassistenciais, como o CRAS. Ou seja, o que Yazbek (1993) dá voz em seu livro *Classe Subalterna*, ao dialogar entre os sentidos do assistencialismo e da assistência social na vida dos sujeitos, aqui a transferência de renda oportuniza aos sujeitos o direito de conquistarem o sonho de comprar seus mantimentos e vestimentas, entre outras possibilidades de compra, sem que sejam classificados como carentes ou pedintes. Sobre o Auxílio Brasil, seu futuro é incerto e gera dúvidas sobre sua permanência a longo prazo.

6. RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO: BREVES PERCEPÇÕES A PARTIR DE UMA VIVÊNCIA NO CRAS LESTE DE SANTA MARIA/RS

6.1 PROJETO DE INTERVENÇÃO

O presente relato de experiência é oriundo do projeto de intervenção desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e possui como objetivo principal o de compreender os aspectos relacionados ao acesso ao mercado de trabalho pela política de assistência social. A proposta se desenvolveu por meio do estágio curricular obrigatório pelo curso de Serviço Social alocado na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Deste modo, o projeto de intervenção versa sobre os direitos da população e a garantia do acesso à renda a partir dos programas sociais desenvolvidos no âmbito do CRAS.

Batizado de “Projeto Emancipar”, a programação consistia na busca de interessados na participação do projeto de intervenção através dos/as usuários/as que usufruem dos benefícios concedidos por meio da avaliação socioeconômica aos direitos sociais implantados durante a Pandemia e aqueles firmados de maneira contínua por meio de sanções nacionais, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Logo, foi possível observar, ao longo de cinco meses, como a política de assistência social se desenvolve e se relaciona com os sujeitos ambientados no território.

Constante são os empecilhos para o funcionamento adequado e ininterrupto do trabalho dos técnicos sociais dentro e fora da instituição. A questão social é evidentemente presente no espaço de trabalho e se expande quando analisada na perspectiva micro e macro das demandas dos indivíduos por meio das visitas domiciliares. Sendo assim, ao longo do que se propôs como projeto interventivo, em conformidade com o Programa de Acolhimento e Integração à Família (PAIF), o estágio evidenciou a temática que visa a compreensão dos motivos do aumento expressivo das demandas pelos benefícios sociais e a permanência das famílias em relação ao serviço. Constata-se, portanto, alguns pontos que sugerem os dilemas enfrentados pelas famílias ao acesso ao mercado de trabalho.

O Projeto Emancipar foi planejado para construir uma rede de apoio em torno da própria comunidade e, assim, investigou-se as alternativas que pudessem servir de colaboração para o CRAS com a finalidade de continuidade da(s) parceria(s) desenvolvida(s) para sanar as demandas que assim surgissem através dos/as usuários/as, mesmo após a conclusão do estágio da referida aluna. Pensando neste aspecto, procurou-se criar um vínculo com a Incubadora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) para obter projetos que estivessem em consonância com o assunto referente ao mercado de trabalho. Também,

explorou-se a viabilidade de adesão dos aparelhos digitais, mais precisamente, os recursos tecnológicos disponíveis pelo prédio do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH), sobre a funcionalidade com relação ao laboratório de informática alocado no prédio 74C. Procurou-se criar um vínculo em parceria com os alunos do projeto de extensão da Psicologia Organizacional e do Trabalho da Universidade Franciscana (UFN) e voluntários do projeto “Rede de Apoio ao Emprego” criado pela instituição SESC com o intuito de auxiliar pessoas carentes na formulação de currículos. E, como último apoio, o programa desenvolvido pela Prefeitura de Santa Maria em parceria com o SINE, destinado aos usuários do CRAS e intitulado “Emprega Santa Maria”.

No decurso do projeto de intervenção e, conseqüentemente, ao longo do estágio, a questão social se fazia latente e manifesta. Latente pela forma como os sujeitos não percebiam as ramificações dos seus problemas a partir das contradições existentes no sistema capitalista; manifesta, pois é percebida e compreendida pelos profissionais atuantes da política de assistência social sobre as dimensões do materialismo histórico e dialético da profissão. Isto é, através do instrumento designado para um primeiro contato na avaliação socioeconômica na concessão do benefício, a Entrevista Social²⁷, que é capaz de fornecer as informações através da escuta e observação do conjunto das expressões da questão social. Estas se modificam conforme as dificuldades apresentadas através do seu modo e das suas condições de vida, seja por uma experiência individual ou correspondente ao seu grupo familiar. De qualquer forma, a pobreza e a extrema pobreza tornam-se parte intrínseca da vida desses sujeitos e as mazelas originadas a partir destes aspectos recaem sobre as categorias sociais, psíquicas, culturais, políticas e econômicas no desenvolvimento dos indivíduos dentro da sociedade.

Apresentou-se, portanto, ao longo das entrevistas, a elevada procura por parte do gênero feminino ao benefício do Cartão Social, criado para fins de excepcionalidade durante a Pandemia. Durante as entrevistas foi possível averiguar as condições que se apresentavam para a concessão do benefício, bem como, para sondar os interesses destas mulheres na participação do projeto de intervenção. Diversas foram as que se mostraram animadas e dispostas a fazerem parte do projeto - como também houve a recusa de algumas na participação devido a motivos (inter)personais - e, desta forma, foi possível criar um pequeno

²⁷ Conforme Sousa (2008, p. 126) “A entrevista nada mais é do que um diálogo, um processo de comunicação direta entre o Assistente Social e um usuário (entrevista individual), ou mais de um (entrevista grupal). [...] o papel de entrevistador que cabe ao Assistente Social coloca-lhe a tarefa de conduzir o diálogo, de direcionar para os objetivos que se pretendem alcançar. [...], o momento da entrevista é um espaço que o usuário pode exprimir suas idéias, vontades, necessidades, ou seja, que ele possa ser ouvido [...]. Estabelecer essa relação é fundamental, pois se o usuário não é respeitado nesse direito básico, não apenas estaremos desrespeitando-o, como prejudicando o próprio processo de construção de um conhecimento sólido sobre a realidade social que ele está trazendo, comprometendo toda a intervenção.”

grupo de mulheres a fim de voltarem às atividades laborais. Então, elaborou-se um grupo na mídia social WhatsApp a fim de que se pudesse manter contato e disponibilizar o quadro de vagas ofertados na região de Camobi e no Centro da cidade. Entretanto, apesar do interesse e da vontade de estabelecer um vínculo empregatício fixo, os motivos para o impasse ao acesso ao mercado de trabalho esbarravam no nível de escolaridade das usuárias e na estrutura social do grupo familiar a qual pertencem.

Segundo o IBGE, através do Programa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (PNAD Contínua)²⁸, os indicadores de realidade são necessários para analisar os níveis de desemprego e a renúncia das atividades laborais no acesso ao mercado de trabalho. Referem-se a estes dois critérios de avaliação, respectivamente, à desocupação e ao desalento na sociedade brasileira e as suas implicações para o planejamento e execução das políticas públicas e sociais desenvolvidas a nível nacional, estadual ou municipal. O desemprego é investigado a partir dos indivíduos acima da idade de 14 anos, aptos ao trabalho e que podem estar fora da força de trabalho. O desalento é justificado da mesma forma, no entanto, este indicador demonstra uma camada da população hábil ao trabalho, mas que não o procuram por haver um entendimento subjetivo de que não estão dentro dos padrões estabelecidos pelo Mercado de Trabalho. Os estudantes, as mulheres que desenvolvem suas atividades dentro de casa e as pessoas reconhecidas como empreendedoras são desconsiderados da taxa de desocupação, sendo a última considerada uma função de ocupação.

Logo, a participação das mulheres que se mostraram interessadas no projeto encontrava espaço no indicador de desocupadas. Muitas destas mulheres são donas de casa e se utilizam das tarefas domésticas (faxina) para sustento e sobrevivência da sua família. Do mesmo modo, o grau de escolaridade é baixo e a falta de experiências em outras áreas dificulta o acesso a novas oportunidades empregatícias. Já uma pequena parcela das usuárias que percorrem o CRAS não desejou a integração ao projeto, pois os motivos que as faziam recusar eram a idade, os cuidados aos familiares e filhos que ficavam a seu encargo, além da pouco ou nenhuma escolaridade e a falta de experiências profissionais ao longo da vida.

A metodologia de ensino empregada no Serviço Social, por meio do materialismo histórico e dialético enquanto método, possibilita aos estudantes e profissionais assistentes sociais a compreensão e o entendimento da realidade dos sujeitos a partir das informações obtidas através das Entrevistas Sociais. Ao observar e escutar de forma crítica as declarações

²⁸ IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Notas Técnicas**. Disponível em: http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Notas_Tecnicas/transmetod.pdf. Acesso em: 05 de fevereiro de 2022.

dadas pelas usuárias, o singular, o particular e o universal existentes nas dimensões deste método são apreendidas pelas categorias de análise: a totalidade, a historicidade, a contradição e a mediação. Este modo é capaz de pontuar e de identificar os obstáculos presentes na inclusão destas pessoas ao mercado de trabalho. Em princípio, o CRAS desvela em amplitude as condições de acesso dos/as usuários/as pela política de assistência social e seus programas de acesso ao mercado de trabalho ofertados pela política social, um espaço repleto de percepção sobre a realidade velada da vida dos sujeitos.

O PAIF, desenvolvido dentro das dependências do CRAS, estabelece, em um de seus princípios, o trabalho social com os indivíduos, as famílias e grupos comunitários, a oferta de oficinas de desenvolvimento pessoal para o acesso ao mercado de trabalho. Neste sentido, por meio do projeto de intervenção, foi ofertado junto ao grupo “Rede de Apoio ao Emprego” a construção de curriculum vitae aos usuários que optaram por participar do projeto emancipar. A finalidade desta modalidade é a de proporcionar aos sujeitos a viabilidade do documento para as entrevistas de emprego. Pensou-se também, durante a construção desse currículo, a conversação com as usuárias de como portar-se nas entrevistas e sanar suas dúvidas sobre o uso de vestimenta e do uso da linguagem social nas reuniões. Isto, é claro, na perspectiva do ensino da disciplina da Psicologia Organizacional e do Trabalho através da voluntária do projeto e também aluna da UFN. No entanto, poucas foram as mulheres que buscaram contato para elaboração e construção do documento para as entrevistas de emprego; e aquelas que foram possíveis realizar a confecção, esta se deu de forma presencial e virtualmente. Esta última modalidade em questão ocorreu por meio das mídias sociais, onde a comunicação tornava o processo de elaboração do documento mais penoso e de pouca riqueza substancial na troca de informações. Outras, no entanto, encontraram obstáculos para se deslocarem até a instituição para o desenvolvimento do currículo, isto por falta de recursos econômicos.

O grupo criado dentro da mídia social WhatsApp viabilizou a troca de informações referentes às vagas de emprego dentro e fora do território. Foram disponibilizados links, postagens e informações sobre a localização das vagas de emprego, bem como, foi possível sanar as dúvidas existentes pelas usuárias. Ao mesmo tempo em que houve o cuidado para o direcionamento das vagas referentes aos níveis de escolaridade dos participantes destinados às mulheres, também foram publicadas vagas para os homens a fim de que estes também se beneficiassem das vagas de trabalho.

Outra possibilidade de auxiliar os/as usuários/as na busca pelo emprego foi a de informar sobre o aplicativo do SINE, desenvolvido pelo governo nacional, para facilitar a procura de trabalho em detrimento das informações incluídas no formulário de cadastramento

disponibilizado pelo aplicativo. Por meio da plataforma também é possível acessar o módulo de qualificação “Escola do Trabalho 4.0”, com o objetivo de profissionalizar o trabalhador sobre tecnologia e produtividade. Todavia, o aplicativo não mostra as ofertas de emprego e constantemente apresenta a mensagem “nenhuma vaga encontrada para o seu perfil profissional”, mesmo colocando nos níveis básicos de escolaridade.

A elaboração do painel de vagas colocado na recepção do CRAS possibilitou aos usuários a visualização das vagas de emprego e cursos profissionalizantes. Como atrativos, pensou-se na montagem do material em tons chamativos para trazer a atenção das pessoas ao painel, a fim de que pudessem se interessar pelo material posto no mural. Contudo, o painel foi alimentado esporadicamente pelo motivo da pouca movimentação de usuários nas dependências da instituição. Isto é, por motivos de protocolo de segurança da saúde devido a pandemia da COVID-19 foi exigido a restrição das pessoas nos espaços socioassistenciais. Por esta razão, o painel não produziu o efeito desejado. Mesmo com o pouco de materiais postados no mural, houveram interessados em saber sobre as vagas. Além do mais, apesar das vagas em sua maioria terem sido publicadas no grupo do WhatsApp do projeto emancipar, a ferramenta *Status* do aplicativo foi utilizada para ampliação das ofertas de trabalho da região de Santa Maria para os/as usuários/as não participantes do projeto de intervenção.

Ademais, a preocupação com a escolaridade das usuárias trouxe à tona a necessidade de repensar a trajetória da educação para a finalização dos níveis escolares para uma parcela da população. Aquelas que não puderam participar, em detrimento do obstáculo em relação a sua escolaridade, optou-se por reforçar e instigar a conclusão do ensino fundamental e ensino médio por meio do ENCCEJA e EJA. Entretanto, por saber das dificuldades de retorno às atividades pedagógicas pelas vias tradicionais, ou seja, a escola, foi incentivado, em maior nível, a conclusão da escolaridade pelo modelo educacional proporcionado pelo ENCCEJA. Isto porque este modelo permite aos usuários a inscrição e estudos a partir de qualquer aparelho tecnológico, a exemplo do celular, para a conclusão do ensino fundamental e médio, pois basta fazer o downloads dos materiais didáticos e assim que estiver apta para a prova é possível marcá-la. Apesar de ser uma solução viável e capaz de surtir efeito, deve-se pontuar que muitas das usuárias não possuem aparelhos tecnológicos adequados para os estudos e muito menos acesso à internet de qualidade e em alta velocidade para acessar os materiais necessários à sua aprovação.

Sobre o projeto desenvolvido pela Prefeitura de Santa Maria em parceria com o SINE e junto com o Programa Juro Zero integra o Programa de Apoio ao Setor Produtivo. O programa em questão é destinado às pessoas em situação de risco e de vulnerabilidade social.

Seu objetivo visa promover o ingresso e reinserção ao mercado de trabalho a partir de encaminhamentos realizados pelas políticas públicas de assistência social ou pela saúde do município. O foco está na geração de renda e emprego das mulheres que perpassam as áreas da assistência social e saúde, a fim de que se possa haver a transformação de sua realidade através dos recursos econômicos. Porém, pouco foi visto da efetivação desta política no espaço sócio-ocupacional e dos encaminhamentos realizados ao programa Emprega Santa Maria por meio do CRAS para a agência do SINE.

Conclui-se, portanto, que os fatores referentes à questão social estão ligados intrinsecamente à realidade e as relações sociais vividas pelos sujeitos. As várias situações que aqui foram expressas demonstram incansavelmente que ainda é necessário o trabalho árduo e constante para a efetivação da garantia dos direitos sociais pela política de assistência social e a intensa condição profissional de agir propositivamente na vida dos/as usuários/as.

Lidar de maneira realista implica, muitas vezes, oscilar entre os extremos do messianismo e do fatalismo a fim de que se possa achar o ponto central para agir nas políticas sociais. Isto porque, a pandemia impossibilita de enxergar a extensão das políticas de assistência social e faz surgir os limites na execução das políticas sociais. Entretanto, também faz emergir o direito de esperar e criar propósito em meio ao caos, vislumbrando um futuro melhor para as políticas existentes e as que irão surgir a partir da necessidade da própria sociedade. O projeto de intervenção proposto dentro do espaço socioassistencial como o CRAS nada mais tem a oferecer senão a possibilidade de transformar a realidade, não somente dos/as usuários/as, mas também da dinâmica desempenhada na própria instituição sobre as atividades dos/as profissionais que ali trabalham.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, perante as categorias aqui apresentadas, o Trabalho, a Questão Social e a Assistência Social fazem parte de um só universo. Elas possuem por si só singularidades e particularidades únicas, mas que postas num mesmo sentido, as mesmas costumam andar entrelaçadas ao conseguir explicar as implicações nas relações sociais e na exploração da força de trabalho pelo modo de produção capitalista. Ainda que não se construísse uma linha do tempo desde sua colonização, as condições aqui colocadas a partir da independência do Brasil permitem elucidar o que se propôs diante deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Ao segundo capítulo deste trabalho de conclusão de curso pode-se destacar o desenrolar da trajetória social e política que o Brasil vinha enfrentando com a recessão econômica desde o ano de 2015. O golpe de 2016 leva a crer que as mudanças ocorreriam para melhor. Entretanto, houve um aprofundamento maior da instabilidade econômica neste período, levando a bater recordes em igual ou maior proporção do que da década de 1930. As condições de emprego e rentabilidade caminharam para a desordem quando da ascensão de Jair Bolsonaro ao cargo da presidência. Desde 2018, as mudanças ocorridas nos campos do social, da política e da economia se transformaram drasticamente. A COVID-19, do seu surgimento em 2020 até o momento em que estamos testemunhando o caos social e sanitários que este país já mergulhou, só imprimiu a agudização das expressões da questão social através do aumento do desemprego, os altos índices de trabalho informal, a contenção dos direitos sociais e o aumento da procura pela assistência social para manejar a crise da fome e da pobreza.

O terceiro eixo discute a importância da categoria trabalho e condiciona sobre o acesso ao mercado de trabalho a partir do plano nacional de educação sobre as avaliações do ENEM, ENCCEJA e EJA e do novo modelo pedagógico de aprendizagem proposto para o ensino médio. A partir dessa lógica de mercantilização da educação se faz necessário pontuar o SENAI, o SENAC e o serviço público gratuito de empregos do SINE como estratégia para a capacitação e qualificação, técnica ou não, dos trabalhadores que buscam (re)ingressar ao mercado de trabalho. Todavia, também se pontua a nova classe de trabalhadores que veio a emergir em maior força pela flexibilização e precarização do trabalho durante a pandemia. Logo, os resultados demonstram que a crise humana e sanitária alastrada pelo coronavírus durante e posteriormente o ano de 2020 só evidenciou e sentenciou os novos rumos do trabalho na sociedade capitalista.

A temática da Questão Social, por sua vez, é discutida a partir de sua trajetória no continente europeu e seus caminhos em território brasileiro. Retrata seu aprofundamento após a independência do Brasil, na República Velha (ou Oligárquica), apresenta as raízes da liberdade dos escravos e suas consequências como trabalhadores excedentes e marginalizados na sociedade. Esse perfil que é obtido desde essa época, se delinea sob os/as usuários/as que atualmente também integram a política social. Afinal, como constatado pelo Índice de Vulnerabilidade Social do IPEA, são usuários/as que não possuem condições de moradia ou sanitárias; possuem escolaridade parcialmente completa ou sob ausência de formação; encontram dificuldades para acessar o mercado de trabalho por falta de escolaridade, entre outras variáveis obtidas pelo IVS. Para qualificar essa estratégia de captação de dados, o Cadastro Único (CADÚNICO) viabiliza reconhecer as demandas dos sujeitos que acessam os serviços socioassistenciais, como o CRAS, por meio da documentação, sistematização de dados e entrevistas na abordagem para os programas sociais. Dessa forma, evidencia-se o público alvo das políticas de Assistência Social no enfrentamento à questão social.

O capítulo da Assistência Social demarca sua trajetória desde seus moldes até o que se é concebido hoje como uma política pública no combate à pobreza e extrema pobreza. Tratada anteriormente como uma política assistencial, a assistência social se destinava àqueles mercedores e não mercedores da “ajuda” do Estado e da Igreja Católica. As mudanças ocorridas ao longo dos séculos, no Brasil, condicionou a elaboração da Constituição Federal de 1988 na elevação dos direitos sociais, da justiça e igualdade social. A CF/88 também propiciou a construção dos documentos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e a partir delas surge a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Além disso, os nortes propostos pela legislação do SUAS trouxeram os aspectos da transferência de renda às famílias na linha da pobreza e extrema pobreza ao viabilizar a autonomia e emancipação tanto defendidos pelo Código de Ética da Profissional de 1993.

E por fim, diante do capítulo do campo de estágio, vivenciado no CRAS Leste de Santa Maria/RS, este corroborou para a discussão deste trabalho de conclusão de curso ao se pensar as categorias aqui elencadas para a realização do projeto de intervenção. Os empecilhos para a realização mais efetiva durante o projeto de intervenção decorreram dos obstáculos pelas medidas sanitárias impostas para prevenção e cuidados durante a pandemia da COVID-19 nos espaços sócio-ocupacionais. Neste sentido, o esvaziamento do serviço socioassistenciais mostrou-se uma barreira para a execução plena do projeto de intervenção. Por esse motivo, as oficinas de desenvolvimento pessoal e comunitário não puderam ser

realizadas. Isto é, para prevenir a contaminação dos/as usuários/as que acessam o CRAS Leste de Santa Maria/RS e os trabalhadores e técnicos sociais da instituição, as medidas adotadas pela prefeitura municipal tornaram-se a saída, isto para evitar o aumento de casos na região central, ao pensar no público vulnerável e para desafogar as unidades de saúde e centro hospitalares da cidade.

As conclusões obtidas durante o estágio na busca por dados e produções científicas sobre o tema, como o IBGE e IPEA, reforçam o exposto ao decorrer deste trabalho de conclusão de curso. O desemprego, a precarização do trabalho e as condições de desenvolvimento das atividades autônomas criam a noção do empreendedorismo em si. O senso comum subjuga os mais vulneráveis, sem antes buscar compreender o que os levam a não acessar o mercado de trabalho. Em especial, sobre os dados buscados faz-se necessário apontar as dificuldades em obter produções científicas por meio das esferas públicas de poder durante os anos de gestão do governo Bolsonaro. Como apontado no decorrer do capítulo da pandemia, a desordem e a fragmentação dos serviços públicos tornam o acesso aos dados uma maneira cada vez mais escassa para compreender a realidade social da população brasileira.

Do que se pensou realizar dentro dos limites e possibilidades do equipamento da assistência social, nota-se, em primeiro lugar, a fragilidade dos vínculos sociais com a instituição; em segundo, os poucos recursos econômicos que as famílias possuem criam empecilhos para chegar às instituições socioassistenciais; e a falta de transporte público direcionado ao CRAS Leste e a locação do espaço sócio-ocupacional tornam os serviços distantes da população. Em contrapartida, a assistente social pontua que, grande parte dos/as usuários/as que acessam o CRAS, não compreendem as finalidades das políticas sociais desenvolvidas pela Assistência Social. A mesma também reitera que a falta de divulgação dos serviços socioassistenciais corroboram para a ausência de entendimento dos serviços socioassistenciais, que, conseqüentemente, levam os sujeitos a compreenderem-no como uma política de caráter assistencialista.

Para além de um serviço social, a política social da assistência social através da proteção social básica se encontra em espaço estratégico para a formulação de planos, projetos e programas voltados ao usuários, qualificados, nesse sentido, como classe trabalhadora. Isso só vem a ser possível mediante participação da sociedade civil no Controle Social da Assistência Social, sobre o conhecimento da Lei Orgânica Anual e o Plano Plurianual desenvolvidos pelo Município.

Portanto, a trajetória do Serviço Social ainda percorrerá um longo caminho dentro dos equipamentos da assistência social. A prática profissional deve sempre estar alinhada com

os desejos e interesses da classe trabalhadora. Aos profissionais, durante sua atuação profissional, cabe estar vigilante sobre a liberdade, a autonomia e a emancipação dos sujeitos. A luta por uma sociedade mais justa começa dentro do CRAS leste, ao repensar meios e estratégias para fortalecer um projeto societário mais sólido pautados na justiça e equidade social, como afirma o Código de Ética Profissional dos/as Assistentes Sociais de 1993.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital.** 2018. Disponível em: <https://nestpoa.files.wordpress.com/2019/09/ra-ps.pdf>. Acesso em: 01 de setembro de 2021.
- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado.** - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano.** 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** - 9. ed. - São Paulo: Cortez, 2011. - (Biblioteca básica do serviço social; v. 2)
- BOSCHETTI, Ivanete. et al. **Capitalismo em crise, política social e direitos.** - São Paulo: Cortez, 2010. (p. 106-130)
- BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social.** Rev. Katál. Florianópolis. v. 10 n. esp. p. 46-54, 2007.
- BRASIL. Planalto. **Lei Orgânica da Assistência Social.** LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 05 de fevereiro de 2022.
- BRASIL. Diário Oficial da União. **Emenda Constitucional nº 95, 15 de dezembro de 2016.** Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21295527/do1-2016-12-16-emenda-constitucional-n-95-21295459. Acesso em 14 de janeiro de 2022.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. **Auxílio Emergencial.** Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Censo Escolar 2021, INEP.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **ENCCEJA.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/enceja>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2022.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família: Transferência de Renda e Apoio à Família no acesso à Saúde, à Educação e à Assistência Social.** Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF_2015.pdf. Acesso em: 07 de fevereiro de 2022.
- BRASIL. Diário Oficial da União. **LEI Nº 14.172 DE 10 DE JUNHO DE 2021.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.172-de-10-de-junho-de-2021-325242900>. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **NORMA OPERACIONAL BÁSICA NOB/SUAS 2005.** Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/norma-operacional-basica-suas-2005.pdf>. Acesso em: 04 de janeiro de 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **NORMA OPERACIONAL BÁSICA NOB/SUAS 2012**. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em: 04 de janeiro de 2022.

BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Paula; FALTAY, Paulo. Sistema Nacional de Emprego e a gestão automatizada do desemprego. Março de 2021. Disponível em: https://ia.derechosdigitales.org/wp-content/uploads/2021/04/CPC_informe_BRASIL.pdf. Acesso em: 09 de fevereiro de 2022.

CAÇÃO, F., & REZENDE FILHO, C. (2014). **PAPEL DOS ESCRAVOS NEGROS APÓS A ABOLIÇÃO**. Semina - Revista Dos Pós-Graduandos em História Da UPF, 9(2). Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/4425>. Acesso em: 24 de janeiro de 2022.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2022.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.622/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: [CEP_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/cep_cfess-site.pdf). Acesso em: 11 de agosto de 2021.

CORDOVA, Ismael de; GONÇALVES ALVES, Ismael. **Programas de transferência condicionada de renda na ótica dos direitos sociais: uma opção para o combate das vulnerabilidades brasileiras**. Polis, Santiago, v. 18, n. 53, p. 168-191, agosto de 2019. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682019000200168&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 08 de fevereiro de 2022.

COSTA, Marilda de Oliveira e SILVA, Leonardo Almeida da. **Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional**. Revista Brasileira de Educação. 2019, v. 24. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240047>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2022.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/40086/2367609/Texto+3+-+Carlos+Nelson+Coutinho+-+Gramsci+-+Um+estudo+sobre+seu+pensamento+pol%C3%ADtico.pdf/fffdeac7-22e1-4928-9109-92f801e4163e>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2022.

COUTO, Berenice Rojas. **Assistência Social: direito social ou bem-estar?** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.045>. Acesso em: 01 de setembro de 2021.

CPDOC | FGV, Fundação Getúlio Vargas. **Acervo Histórico**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/apresentacao>. Acesso em: 24 de janeiro de 2022.

CPDOC | FGV, Fundação Getúlio Vargas. **Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/servico-nacional-de-aprendizagem-comercial-senac>. Acesso em: 09 de janeiro de 2022.

DE OLIVEIRA, R. A teoria do capital humano e a educação profissional brasileira. Boletim Técnico do Senac, v. 27, n. 1, p. 26-37, 2 abr. 2001. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/560>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2022.

DOU, Diário Oficial da União. **DECRETO Nº 10.852, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.852-de-8-de-novembro-de-2021-35770650>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2022.

FERREIRA, Benedito de Jesus Pinheiro. **Educação pública como direito social: desafios para a construção de um sistema articulado no Brasil**. Revista Katálysis. 2019, v. 22, n. 03, pp. 502-512. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p502>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2022.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da educação: um estudo introdutório**. - 4. ed. - São Paulo: Cortez - Autores Associados, 2016. (Coleção educação contemporânea). p. 15-38.

GHIRALDELLI, Reginaldo. **(Contra) Reforma Trabalhista: “modernização” destrutiva no Brasil das desigualdades**. Revista Libertas, Juiz de Fora, v.19, n.2, p. 387-407, ago. / dez. 2019 ISSN 1980-8518. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/27717>. Acesso em: 13 de janeiro de 2022.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. Livro Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>. Acesso em: 01 de setembro de 2021.

GUERRA, Yolanda. **A INSTRUMENTALIDADE NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**. Disponível em: <http://www.uel.br/cesa/sersocial/pages/arquivos/GUERRA%20Yolanda.%20A%20instrumentalidade%20no%20trabalho%20do%20assistente%20social.pdf>. Acesso em: 01 de setembro de 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/93/85>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica** / Marilda Villela Iamamoto, Raúl de Carvalho. - 41. ed. - São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. - 9. ed. - São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. - 26. ed. - São Paulo, Cortez, 2015.

IANNI, Octávio. **A sociologia de Florestan Fernandes**. Estud. av. 10 (26). Abr. 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141996000100006>. Acesso em: 03 de setembro de 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Escolar 2020** - Ministério da Educação. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2020/apresentacao_coletiva.pdf.

Acesso em: 13 de janeiro de 2022..

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Programa Nacional de Amostra por Domicílio - PNAD**. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=resultados>. Acesso em: 19 de janeiro de 2021.

IBGE, Instituto Geral de Geografia e Estatística. **Benefícios ao Cidadão, Portal da Transparência - 2021**. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios>.

Acesso em: 14 de janeiro de 2022

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA)**.

Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/encceja>.

Acesso em: 01 de fevereiro de 2022.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A nova plataforma da Vulnerabilidade Social: primeiros resultados do índice de Vulnerabilidade Social para série histórica da Pnad (2011-2015) e desagregações por sexo, cor e situação de domicílio** / editores: Bárbara Oliveira Marguti, Betty Nogueira Rocha, Carlos Vinícius da Silva Pinto, Marco Aurélio Costa, Rodrigo Luis Comini Curi.- Brasília: IPEA, 2015. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/170823_lancamento_ivs_metodologia_e_primeiros_resultados.pdf. Acesso em: 01 de fevereiro de 2022.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas de Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros** / editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. - Brasília: IPEA, 2015. 77 p.: gráfs., mapas color. ISBN: 978-95-7811-255-4. Disponível em:

http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf. Acesso em: 01 de fevereiro de 2022.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. - Brasília: IPEA 2016. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Patricia-Kuyven/publication/310457601_ADERENCIA_E_TENDENCIA_DOS_TRABALHADORES_DA_ECONOMIA_SOLIDARIA_NO_BRASIL/links/582dd00a08ae004f74bcd9c0/ADERENCIA-E-TENDENCIA-DOS-TRABALHADORES-DA-ECONOMIA-SOLIDARIA-NO-BRASIL.pdf#page=45. Acesso em: 09 de fevereiro de 2022.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Sumário Executivo** / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. - Brasília: Ipea, 2014. 87 p.: gráfs., mapas. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Livros/Bolsa10anos_Sumex_Port.pdf. Acesso em: 07 de fevereiro de 2022.

LÊNIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução**. 1917. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estado-e-a-revolucao.pdf>. Acesso em: 04 de setembro de 2021.

LOLE, Ana, *et. al.* **Diálogos sobre trabalho, serviço social e pandemia** [recurso eletrônico] / organização Ana Lole ... [et al.]. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Mórula, 2021. Disponível em: https://morula.com.br/wp-content/uploads/2021/07/Dialogos_WEB_06JUL.pdf#page=13. Acesso em: 01 de setembro de 2021.

Lucca-Silveira, Marcos Paulo e Barbosa, Rogério Jerônimo. **O FUTURO DAS TRANSFERÊNCIAS DE RENDA NO BRASIL: DILEMAS EMPÍRICOS E NORMATIVOS PARA UM PROGRAMA PÓS-PANDEMIA E PÓS-AUXÍLIO EMERGENCIAL**. *Sociologia & Antropologia*. 2021, v. 11, n. spe, pp. 67-92. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11esp3>>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2022.

MACHADO, L. A. **DA INFORMALIDADE À EMPREGABILIDADE** (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). *Caderno CRH, [S. l.]*, v. 15, n. 37, 2006. DOI: 10.9771/ccrh.v15i37.18603. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18603/11977>. Acesso em: 01 setembro de 2021.

MARIANO, Cynara Monteiro. **Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos**: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. *Revista de Investigações Constitucionais* [online]. 2017, v. 4, n. 1, pp. 259-281. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rinc.v4i1.50289>. Epub 15 Abr 2019. ISSN 2359-5639. Acesso em: 14 de janeiro de 2022.

MARX, Karl. **O Capital**. Capítulo V: processo de trabalho e processo de valorização. São Paulo: ed. Nova Cultura, 1996. Disponível em: [OS ECONOMISTAS - O CAPITAL CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA \(usp.br\)](https://www.usp.br/capital-critica). Acesso em: 25 de agosto de 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil Desempregado** - como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Brasil_desempregado.pdf. Acesso em: 01 de fevereiro de 2022.

MIOTO, Regina C. T. **A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**: contribuições para o debate. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/233143413.pdf>. Acesso em: 01 de setembro de 2021.

MIOTO, Regina C. T. **Família, trabalho com famílias e Serviço Social**. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7584/6835>. Acesso em: 01 de setembro de 2021.

MIRANDA, Leila Conceição de Paula; SOUZA, Leonardo Tavares de; PEREIRA, Isabella Rodrigues Diamantino. **A trajetória histórica da EJA no Brasil e suas perspectivas na atualidade**. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/arquivos/2016/proppi/sic/resumos/e4e0c388-a724-45cb-8189-46e3a70afa64.pdf>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2022.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. - 4. ed. - São Paulo: Cortez, 2010. (p. 147-177)

MUNIZ, Egli. **Os serviços de proteção social: um estudo comparado entre Brasil e Portugal.** - São paulo: Cortez, 2005.

NASCIMENTO, Sara D. N. **PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO: a realidade das mulheres no mundo do trabalho.** v. 20. (2016). Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5985>. Acesso 02 de setembro de 2021.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método Marx.** - 1 ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em: <[Introdução aos estudos do método de Marx \(ufscar.br\)](http://www.ufscar.br/Introducao%20aos%20estudos%20do%20metodo%20de%20Marx)>. Acesso em: 11 de agosto de 2021.

OLIVEIRA, Jairo da Luz. **O processo de trabalho do assistente social, no enfrentamento das expressões da Questão Social.** Mestre e Doutor em Serviço Social pela UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo: crítica a teoria e ideologia conflitantes.** - São paulo; Cortez, 2016.

Pinheiro, S. S. M., Souza, M. de P., & Guimarães, K. C. (2020). **Uberização: a precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo.** *Serviço Social Em Debate*, 1(2). Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/3923>. Acesso em: 13 de janeiro de 2022.

PRATES, Jane Cruz. **O método de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária.** *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 11, n. 1, p. 116-128, jan./jul. 2012.

QUARESMA, A. G.; MENEZES NETO, A. J. **O CARÁTER ONTOLÓGICO DO TRABALHO: IMPLICAÇÕES PARA A RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO / The ontological character of work: implications for the relationship work and education.** *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 63–75, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8709>. Acesso em: 30 novembro de 2021.

RESENDE, Diana Campos de. **RODA DOS EXPOSTOS: um caminho para a infância abandonada.** Organizada pelo DECIS-FUNREI. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/paginas/temposgeraisantigo/n1/artigos/roda.pdf>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2022.

SABINO, Mariana Correia Silva. **Fundamentos Ontológicos do trabalho em Marx: trabalho útil - concreto e trabalho abstrato.** Disponível em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n03/edit/ubimuseum03-print-folder/ubimuseum.03.sabino-mariana.pdf>.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”:** particularidade no Brasil. - São Paulo: Cortez, 2012. - (Coleção biblioteca básica de Serviço Social; v. 6). (p. 25-178).

SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Programa SENAC de Gratuidade: Diretrizes / Senac, Departamento Nacional. versão 10 - Rio de Janeiro: Senac, Departamento Nacional, 2021. Disponível em: <https://portal.senacrs.com.br/psg/assets/arquivos/diretrizes-psg-10.pdf>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2022.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social:** conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Emancipação, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em: <http://cressrn.org.br/files/arquivos/k7maNx2767S70XHK8137.pdf>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2022.

SOUZA, Rosany B; AZEREDO, Verônica G. **O assistente social e a ação competente:** a dinâmica cotidiana. p. 48-57.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** - 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <https://servicossocial.wixsite.com/biblioteca>. Acesso em: 02 de setembro de 2021.

ANEXO A - ATLAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

TABELA 1

Valores de referência da melhor situação (valor igual a 0,000) e pior situação (valor igual a 1,000) por indicador que compõem o IVS

(Em %)

Indicador	Valores de referência do indicador	
	Melhor situação (0,000)	Pior situação (1,000)
Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	0,0	40,2
Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo	0,0	50,5
Percentual de pessoas em domicílios com renda <i>per capita</i> inferior a meio salário mínimo (de 2010) e que gastam mais de uma hora até o trabalho	0,0	17,8
Mortalidade até um ano de idade ¹	0,0	52,5
Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola	0,0	98,5
Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola	0,0	15,2
Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos	0,0	7,6
Percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família	0,0	35,5
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade	0,0	42,1
Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo.	0,0	87,3
Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a meio salário mínimo (de 2010), na população total dessa faixa etária.	0,0	34,3
Proporção de pessoas com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a meio salário mínimo (de 2010)	0,0	100,0
Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade	0,0	18,0
Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	0,0	89,9
Percentual de pessoas em domicílios com renda <i>per capita</i> inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos	0,0	10,5
Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade	0,0	30,1

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Por mil nascidos vivos.